

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Famílias de Acolhimento: Será a Inteligência Emocional um
Recurso Capaz de Modificar a Relação entre as Estratégias
de *Coping* Familiar e a Resiliência?**

Ana Cláudia Reis Capela

MESTRADO EM PSICOLOGIA NA CRISE E NA EMERGÊNCIA

2024

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**“Famílias de Acolhimento: Será a Inteligência Emocional
um Recurso Capaz de Modificar a Relação entre as
Estratégias de *Coping* Familiar e a Resiliência?”**

Ana Cláudia Reis Capela

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro

MESTRADO EM PSICOLOGIA NA CRISE E NA EMERGÊNCIA

2024

À minha filha, Ana Rafaela

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, pela confiança que depositou em mim, pelo apoio, incentivo, disponibilidade e pela preciosa orientação na elaboração deste estudo.

Ao restante corpo docente, por todo o conhecimento transmitido ao longo do presente mestrado, e pela oportunidade de os conhecer enquanto pessoas inteligentes e inspiradoras.

À Doutoranda Lúcia Fortio, pelo apoio, motivação, e pela preciosa ajuda na preparação da minha defesa.

À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, à Abrigo, e a todas as outras instituições, que de forma anónima, ajudaram a divulgar o questionário deste estudo junto das famílias de acolhimento, sendo certo, que não teria sido possível chegar aos participantes sem a sua ajuda.

Aos participantes, pelo precioso contributo, pela disponibilidade e paciência no preenchimento do questionário, a todos, expresso a minha sincera gratidão, sem vocês nada teria sido possível.

Aos meus Pais, a quem estarei eternamente grata, um obrigado do tamanho do mundo.

À memória do meu avô António, que me protege lá de longe, do céu, e à certeza do seu orgulho em mim.

À minha filha, que todos os dias engradece a minha vida.

A todos, Obrigada!

Resumo

O presente estudo, enquadra-se na mudança de paradigma que emergiu nas últimas décadas em Portugal, que levou ao repensar das políticas que visam o desenvolvimento do acolhimento familiar, reduzindo progressivamente a institucionalização de crianças e jovens. Contudo, e apesar da sua relevância, é um tema, ainda, pouco desenvolvido na literatura científica portuguesa. Considerando o contexto stressante e desafiante, a que as famílias de acolhimento estão sujeitas, este estudo teve como principal objetivo analisar e compreender, através duma abordagem positiva, qual o papel da inteligência emocional na relação entre as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento, e a promoção da resiliência. A amostra foi constituída por 31 indivíduos, responsáveis pelo acolhimento, e recolhida através da plataforma Qualtrics. Para o efeito, recorreu-se a uma metodologia quantitativa, usado as seguintes escalas: *Family Crisis Oriented Personal Evaluation Scales* (F-COPES) (McCubbin, et al., 1981), traduzido e adaptado para Portugal por Vaz Serra, et al., (1990); a Connor-Davidson *Resilience Scale* (CD-RISC) (Connor & Davison, 2003), na versão portuguesa traduzida e adaptada por Faria-Anjos e Ribeiro (2008); e a *Wong and Law Emotional Intelligence Scale* (WLEIS) de Wong e Law (2002), traduzido e adaptado para Portugal por Carvalho et al. (2016). Os resultados mostraram que Inteligência Emocional mediou aproximadamente 63,71% da relação entre as estratégias de *Coping* e a Resiliência, em famílias de acolhimento. Destacou-se, ainda, a existência de uma associação forte entre a dimensão regulação das emoções, da variável inteligência emocional, e a variável resiliência.

Palavras-chave: Famílias de acolhimento, Inteligência Emocional, Estratégias de *coping*, Resiliência

Abstract

The present study is part of the paradigm shift that has emerged in recent decades in Portugal, which has led to the rethinking of policies that aim at the development of foster care, progressively reducing the institutionalization of children and young people. However, and despite its relevance, it's a topic that still little developed in the Portuguese scientific literature. Therefore, and considering the stressful and challenging context to which foster families are subjected, this study aimed to analyze and understand, through a positive approach, the role of emotional intelligence in the relationship between the *coping* strategies used by foster families and the promotion of resilience. The sample consisted of 31 individuals, responsible for the foster family, and collected through the Qualtrics platform. For this purpose, a quantitative methodology was applied, using the following scales: *Family Crisis Oriented Personal Assessment Scales* (F-COPES) (McCubbin, et al., 1981), translated and adapted to Portugal by Vaz Serra, et al., (1990); the Connor-Davidson *Resilience Scale* (CD-RISC) (Connor & Davison, 2003), in the Portuguese version translated and adapted by Faria-Anjos and Ribeiro (2008); and the *Wong and Law Emotional Intelligence Scale* (WLEIS) by Wong and Law (2002), translated and adapted to Portugal by Carvalho et al. (2016). The results show that Emotional Intelligence mediated approximately 63.71% of the relationship between *Coping* strategies and Resilience in foster families. It is also noteworthy that there is a strong association between the emotion regulation dimension of the emotional intelligence variable and the resilience variable.

Keywords: Foster Families, Emotional Intelligence, Coping Strategies, Resilience

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	2
Acolhimento Familiar	2
Coping Familiar	5
Resiliência	7
Inteligência Emocional	9
Objetivos	11
Questão de Partida	12
Questões da Investigação	12
Modelo da Investigação	12
Método	13
Procedimento	13
Participantes	14
Instrumento	15
Coping Familiar	15
Resiliência	16
Inteligência Emocional	17
Procedimento da Análise de Dados	18
Resultados	18
Qual a Força e a Natureza da Associação entre Estratégias de Coping e as Dimensões da Inteligência Emocional (Q1)?	19
Qual a Força e a Natureza da Associação entre a Resiliência e as Dimensões da Inteligência Emocional (Q2)?	19
Qual a Força e a Natureza da Associação entre a Inteligência Emocional e os Fatores Coping e da Resiliência (Q3)?	20
Modelo da Investigação	21
Discussão	22
Limitações e Estudos Futuros	25
Contributos Teóricos e Implicações Práticas	27
Conclusão	30
Referências	32
Anexos	41

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Investigação _____	13
Figura 2 - Modelo de Mediação da Inteligência Emocional na relação entre as estratégias de Coping usadas pelas Famílias de Acolhimento e a Resiliência. _____	22

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Correlações entre o COPING e as dimensões da Inteligência Emocional (IE) __	19
Tabela 2 - Correlações entre a Resiliência (RES) e as dimensões da Inteligência Emocional (IE) _____	20
Tabela 3 - Correlações entre a Inteligência Emocional (IE) e os fatores do COPING e da Resiliência (RES) _____	21

Introdução

Este estudo, partiu da constatação do contexto stressante e desafiante, a que as famílias de acolhimento estão sujeitas. A par disso verifica-se, a escassez de estudos sobre as capacidades resilientes, bem como, sobre o papel da inteligência emocional, na adaptação destas famílias ao integrarem os seus novos e desafiadores papéis. Deste modo, e tendo como base uma visão sistémica, este estudo pretende analisar e compreender, através duma abordagem positiva, qual o papel da inteligência emocional na relação entre a estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento para fazer face a situações indutoras de stress, e a promoção da resiliência. Sabendo que, a resiliência pode potencialmente ser alcançada por uma variedade de caminhos diferentes (Bonanno, 2004).

De acordo com a literatura, muitas famílias prosperam devido a atributos e pontos fortes únicos que contribuem para experiências de resiliência (Piel et al., 2017). Portanto, compreender como as famílias que acolhem são capazes de superar os desafios inerentes ao acolhimento, de continuar a acolher crianças a longo prazo e de manter um nível saudável de funcionamento familiar fornece informações importantes sobre a retenção e o recrutamento destas famílias (Geiger et al., 2016). Orme et al. (2017) no seu estudo, alertaram para a importância destas famílias acolherem durante mais tempo, reduzindo a necessidade de recrutar, formar e aprovar novas famílias de acolhimento, bem como, da retenção de pais de acolhimentos experientes que, por sua vez, impõem menos restrições às características das crianças que estão dispostos a acolher. Coloca-se a hipótese de que, um dos motivos para isso ocorrer, poderá estar relacionado com o facto, das famílias de acolhimento que reportam mais resiliência parental terem, maior probabilidade de identificar menos comportamentos perturbadores dos jovens sob os seus cuidados (Cooley et al. 2015). Num outro estudo elaborado por Cooley et al. (2020) a resiliência dos indivíduos que acolhem foi associada ao stress, satisfação e intenção de continuar a acolher. Deste modo, considerou-se premente e atual, desenvolver um estudo nesta área da investigação, de modo a colmatar a lacuna existente em Portugal.

Em paralelo, e considerando que os investigadores interessados na resiliência procuram identificar fatores de proteção, ou as experiências e qualidades que parecem amortecer os efeitos negativos do risco (Lietz, 2013), tornou-se imperativo realizar uma análise aprofundada não só para perceber se uma família é resiliente, mas, mais importante ainda, o que as torna resilientes (Fernandez et al., 2013). Num estudo realizado por Kennedy et al. (2019) as famílias de acolhimento demonstram elevados níveis de inteligência emocional e capacidades para lidar com o stress. Assim como, noutra estudo Barlóg e

Stradomska (2017) referem que o nível de inteligência emocional estava associado ao nível de preparação para atuar como família de acolhimento, de tomar a decisão de iniciar e de continuar o papel de cuidador. Deste modo, considerou-se pertinente incluir-se neste estudo, a variável inteligência emocional.

Enquadramento Teórico

Acolhimento Familiar

Segundo o Comité Português para a UNICEF (2019), para garantir a um desenvolvimento harmonioso da personalidade de uma criança ou jovem, esta deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão. Em Portugal, o Acolhimento Familiar foi pela primeira vez legalizado, pelo Decreto-Lei n.º 288/79 (1979), posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 190/92 (1992). No entanto, e ainda no seu período de vigência, entrou em vigor a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), a Lei n.º 147/99 (1999), a qual, incluiu o Acolhimento Familiar nas medidas de proteção, e substituiu a palavra «menores» por «crianças e jovens» (Delgado, 2010). Esta Lei de Proteção, em conjunto com a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, 1999), operou a passagem do conceito de «risco» para o conceito de «perigo» (Delgado, 2010). Em 2008, o Decreto-Lei n.º 190/92 (1992) foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 11/2008 (2008), o qual, por sua vez, viria a ser revogado pelo Decreto-lei 139/2019 (2019). No entanto antes disso acontecer, em 2015, através da Lei n.º 142/2015 (2015) foi feita uma 2ª alteração à LPCJP, Lei n.º 147/99 (1999). Desta forma, a Lei n.º 142/2015 (2015), artigo 47, passou a designar que o acolhimento familiar da seguinte forma: “consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral” (pág.39). Em simultâneo, passou a contemplar os seguintes pressupostos:

- “- Considera-se que constituem uma família duas pessoas casadas entre si ou que vivam uma com a outra há mais de dois anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação.
- O acolhimento familiar tem lugar quando seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida.
- Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade, salvo: a)

Quando a consideração da excepcional e específica situação da criança ou jovem carecidos de proteção imponha a aplicação da medida de acolhimento residencial; b) Quando se constate impossibilidade de facto” (pág.39).

Relativamente aos objetivos do acolhimento familiar, o Decreto-lei 139/2019 (2019), designou os seguintes:

“proporcionar à criança ou jovem, designadamente: a) Condições para a adequada satisfação das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais; b) Estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade; c) Aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional; d) Condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida” (pág.13).

Por último, a Portaria n.º 278-A/2020 (2020) definiu os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, bem como o respetivo reconhecimento.

De acordo com o relatório CASA em 2022 (Instituto da Segurança Social, I.P., 2023), existiam em Portugal cerca de 168 famílias de acolhimento creditadas, e mais do dobro, cerca de 351 casas de acolhimento. Se olharmos para o número de crianças acolhidas, o paralelismo piora. Assim, em 2022, em Portugal existiam 6347 crianças e jovens acolhidos. Sendo que, apenas 227 se encontravam em acolhimento familiar, ou seja, apenas 3,6% do total de crianças e jovens acolhidos. Embora exista uma tendência crescente do acolhimento familiar, de 3,5% de crianças e jovens acolhidos em 2021 para 3,6% em 2022, esta continua a ser lenta. Relembrando que a medida de acolhimento familiar deve ser privilegiada em detrimento da medida de acolhimento residencial (Lei nº142/2015, 2015, artigo 47), conclui-se, que ainda existe um caminho longo a percorrer nesse sentido. Assim sendo, consideramos, que este estudo possa contribuir para a divulgação e sensibilização da importância e do contributo destas famílias para uma sociedade mais saudável, e em particular para a vida e o bem-estar destas crianças e jovens,

Como referido anteriormente, o acolhimento familiar, ou *foster family care*, consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar (Delgado, 2020). No entanto, a estadia é transitória, porque a finalidade da medida é o regresso à família de origem, que deve contar com apoio para recuperar a plenitude do exercício das suas funções, de modo a garantir o desenvolvimento da criança, temporariamente ameaçado ou

interrompido (Delgado, 2020). Deste modo, a criança ou o jovem deve permanecer em contacto com os pais biológicos, caso não exista risco para a sua segurança e bem-estar (Bertão et al., 2015). O objetivo a atingir com esta medida, é o de garantir que a criança/jovem desenvolva laços de vinculação segura com as pessoas que os acolhem, sem os quais o seu desenvolvimento estaria ameaçado, ou mesmo comprometido, até os seus progenitores recuperarem ou desenvolverem as suas competências parentais (Delgado & Gersão, 2018). A Teoria de Vinculação de Bowlby (1979), defendeu que o ser humano tem a capacidade de formar múltiplos vínculos, fazendo, também, referência aos atributos reparadores dos vínculos seguros perante relações disfuncionais anteriores. Sincronicamente, Winnicott (1983) refere que cada ser humano tem um potencial inato para amadurecer e integrar-se, quando incluído num ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons. Assim sendo, os efeitos nefastos da carência ou privação, total ou parcial, dos cuidados maternos/paternos poderão ser minimizados quando é oferecida à criança uma figura de vinculação de substituição (Bertão et al., 2015). Portanto, se o objetivo é o de definir um espaço de vinculação segura, e proporcionar à criança ou jovem as condições de desenvolvimento integral, então a melhor resposta passa, regra geral, pela experiência de viver com uma família (Martins et al., 2015). O desenvolvimento de um indivíduo sofre influências dos diversos sistemas de que o rodeiam, nomeadamente, o microssistema, ou seja, o núcleo familiar (Bronfenbrenner & Ceci, 1994), e o acolhimento familiar parte do pressuposto de que o bem-estar e a educação de uma criança são melhor prosseguidos num ambiente familiar (Delgado et al., 2014). Deste modo, as famílias de acolhimento são efetivamente um meio familiar alternativo que pode garantir, de modo provisório ou contínuo, o bem-estar, os cuidados de saúde, a habitação, a educação, ou seja, a proteção e o desenvolvimento integral destas crianças e jovens (Bertão et al., 2015). Os dados obtidos num estudo de Delgado et al. (2019), permitiram concluir que o nível de bem-estar subjetivo das crianças em acolhimento familiar é semelhante ao das crianças que vivem com as suas famílias na população em geral. Ainda, num estudo realizado por Delgado (2020), as crianças referem como ponto positivo do acolhimento familiar a possibilidade de viver e pertencer a uma família, de integrar uma rede de apoio estável e segura, que inclui a família alargada e os amigos das pessoas de acolhimento principais. Por fim, noutro estudo realizado por Carvalho et al. (2021) a família de acolhimento é comparada, por algumas crianças e jovens a uma “família normal”, afirmando que não existem diferenças entre a situação que vivenciam e aquilo que seria expectável numa família biológica. Torna-se, ainda, importante referir que a sociedade passou a constituir diversos modelos de famílias (nucleares, com pais divorciados,

monoparentais, homossexuais, etc.), onde convivem crianças de diferentes origens (biológica, acolhidas, adotadas, etc.), de uma maneira saudável (Relvas & Alarcão, 2002).

Coping Familiar

As estratégias de *coping*, foram conceptualizadas por Lazarus e Folkman (1984), como correspondendo aos esforços cognitivos e comportamentais realizados pelo indivíduo, que permitem lidar com as exigências específicas, internas ou externas, que são percebidas como penosas e que ultrapassam os recursos do indivíduo. Relativamente ao *coping* familiar, Reiss e Oliveri, (1980) referem-no como uma resposta em que a família é chamada a exercer um esforço invulgar para observar, experienciar, definir, compreender e levar a cabo algum tipo especial de ações de forma a retomar as rotinas do quotidiano. Num estudo elaborado por McCubbin et al., (1980) é referido que o *coping* familiar envolve:

“a gestão de várias dimensões da vida familiar: (1) manter um ambiente interno satisfatório para a comunicação e organização da família, (2) promoção da independência e autoestima dos membros, (3) manutenção dos laços familiares de coerência e unidade (4) manutenção e desenvolvimento de apoios sociais, e (5) manutenção de alguns esforços para controlar o impacto do evento stressor e promover o crescimento e desenvolvimento” (p.865).

O *coping* torna-se, então, num processo de aquisição do equilíbrio no sistema familiar que facilita a organização e a união (McCubbin et al., 1980). Para identificar e descrever os componentes de resposta de uma família a fatores de stress e a uma crise familiar, McCubbin e Patterson (1983) expandem o modelo ABCX de Hill (1949) e desenvolvem o modelo Duplo ABCX, que decorre ao longo do tempo e que se divide em pré-crise e pós-crise. Na fase da pré-crise, tal como com Hill (1949), McCubbin e Patterson (1983) identificaram os fatores de stress, os recursos existentes e a perceção da família em relação aos fatores de stress, que no seu todo conduzem à crise. Na fase pós-crise, McCubbin e Patterson (1983), identificaram a acumulação de fatores de stress (existentes na pré-crise e novos), os recursos adaptativos da família (existentes na pré-crise e novos), e a perceção da família relativamente à acumulação dos fatores de stress e aos recursos adaptativos da família, sendo que, a boa ou má adaptação da família resulta das estratégias de *coping* utilizadas, com vista à obtenção de um equilíbrio no funcionamento familiar. Ainda, segundo McCubbin e Patterson (1983),

“as estratégias de *coping* podem ser direcionadas para (a) eliminar e/ou evitar stressores e tensões; (b) administrar as adversidades da situação; (c) manter a integridade e a moral do sistema familiar; (d) adquirir e desenvolver recursos para

atender às exigências; (e) implementar mudanças estruturais no sistema familiar para acomodar as novas exigências.” (pág.16-17).

Contudo, neste estudo optou-se por usar o Modelo de Resposta de Ajustamento e Adaptação Familiar - *FAAR Model* (Patterson, 1988), o qual surgiu como resultado da expansão da fase de adaptação do Modelo Duplo ABCX do Stress Familiar (McCubbin & Patterson, 1983). Assim sendo, o modelo FAAR (Patterson, 1988, 2002), destacou quatro construtos centrais: (1) as famílias envolvem-se em processos ativos para equilibrar existências familiares, com os recursos familiares, à medida que interagem com os significados familiares até chegar a um nível de ajuste familiar ou adaptação; (2) as exigências familiares são compostas por stressores normativos e não normativos, tensões familiares contínuas (insidiosas e não resolvidas) e dificuldades diárias (perturbações da vida diária); (3) As capacidades familiares incluem, recursos tangíveis e psicossociais (o que a família tem) e comportamentos de enfrentamento (o que a família faz); (4) Tanto as exigências como os recursos podem surgir de três níveis diferentes do ecossistema: membros individuais da família, da unidade familiar, e de vários contextos comunitários.

Segundo, Patterson (1988) o conceito de adaptação familiar é usado para descrever um contínuo de resultados que refletem os esforços familiares para alcançar um equilíbrio nos níveis funcionamento do indivíduo para com a família, e da família para com a comunidade. No entanto, a inadaptção familiar, foi caracterizada pelo mesmo autor, por um desequilíbrio contínuo em qualquer nível do funcionamento familiar (membro-família, família-comunidade), ou mesmo na obtenção de um equilíbrio em ambos os níveis. Ainda, uma acumulação de elementos stressores, internos e/ou externos, pode sobrecarregar o funcionamento familiar, aumentando a vulnerabilidade e o risco de problemas subsequentes. Deste modo, quando existem poucos recursos disponíveis em relação às necessidades dos membros da família, surge um desequilíbrio, levando a família a entrar em crise (Patterson, 2002).

Em relação às famílias de acolhimento, muito poucos sistemas familiares exigem o nível de adaptação contínua à estrutura, aos papéis, aos limites e às atividades diárias como o das famílias que prestam cuidados de acolhimento (Lietz et al., 2016). De acordo com o sustentado por Julien-Chinn et al. (2017), as famílias que acolhem, tal como as restantes famílias, estão expostas aos acontecimentos normativos e não normativos da vida, no entanto, as famílias de acolhimento, também são expostas a acontecimentos de vida específicos do seu papel. Estas famílias enfrentam diversos desafios, incluindo o aumento da carga de trabalho, o sofrimento emocional e as dificuldades associadas a problemas de saúde física mental das

crianças ou dos jovens que acolhem (Lietz et al., 2016). Segundo Preston et al. (2012), as crianças com apego inseguro tendem a exibir comportamentos internalizantes e externalizantes, dificultando a formação de relacionamentos próximos e estáveis. Sendo que, em Portugal, os dados recolhidos a 1 de novembro de 2022, indicaram que, 10,6% das crianças e jovens, colocados em famílias de acolhimento, exibiam problemas de comportamento, e que 13,7% eram portadores de deficiência mental clinicamente diagnosticada (Instituto da Segurança Social, I.P., 2023). Deste modo, as famílias que acolhem têm enfrentado mais desafios ao abrir as suas casas para cuidar das crianças mais vulneráveis, incluindo períodos de adaptação stressantes (Julien-Chinn & Piel, 2018). De acordo Mitchell (2016), as mudanças na composição familiar podem ser agravadas pelas experiências que os jovens trazem consigo, ou seja, experiências relacionadas com negligência, violência, dependência, etc. Ainda, a colocação de uma criança em casa não só acrescenta um membro à família, mas também pode alterar a dinâmica do sistema familiar (Geiger et al., 2016). De acordo com um estudo de Lietz et al. (2016) as famílias que acolhem estão sujeitas a mais altos e baixos emocionais, que por sua vez, podem colocar a família em risco de discórdia, ou em risco de separação. Num outro estudo elaborado por Mallette et al. (2020) é referido que o stress do acolhimento prejudicou a intimidade e o funcionamento saudável do casal, e que a dor de perder as crianças acolhidas, quando estas regressavam a casa dos pais biológicos, era tão desafiadora que, muitas vezes, eles sentiam que não conseguiriam continuar a acolher. Ainda, em Delgado (2020) a cessação do acolhimento e a consequente gestão da perda foi relatada como uma das maiores preocupações das famílias de acolhimento.

Resiliência

Abordando agora o conceito de resiliência, amplamente discutido e estudado pela ciência, este refere-se, à capacidade de um sistema se adaptar com sucesso a desafios significativos que ameaçam a sua função, viabilidade ou desenvolvimento (Masten, 2018), resistir, recuperar (Walsh, 2003) e de sair fortalecido e com mais recursos (Walsh, 2012, 2021), refletindo a capacidade de manter um equilíbrio estável (Bonanno, 2004).

De acordo com a visão biopsicossocial de Walsh (2016) o risco e a resiliência são vistos à luz de influências múltiplas, envolvendo uma interação de níveis individuais, familiares, comunitários e de sistemas mais amplos ao longo do tempo. Ainda, segundo Walsh (2008) a resiliência envolve aprender com as adversidades e integrar a experiência na vida individual e partilhada. Em paralelo, Rutter (2013) referiu que os fatores preditivos de

resiliência parecem mudar muito de situação para situação, de acordo com as características dos sujeitos e dos sistemas/contextos em que estão inseridos, assim como do tipo de adversidade vivenciada. Deste modo, a elucidação contínua dos fundamentos biopsicossociais da resiliência pode ajudar nos esforços de prevenção e intervenção centrados em ajudar os indivíduos a recuperarem de eventos stressantes e de perturbações relacionadas com o stress (Campbell-Sills & Stein, 2007).

No entanto, e considerando que a resiliência incorpora qualidades pessoais que permitem prosperar diante das adversidades (Connor & Davidson 2003), este estudo, partiu do entendimento da resiliência enquanto característica individual que reflete a capacidade de lidar com o estresse (Faria Anjos, 2019). Assim sendo, a resiliência pode ser descrita como um processo dinâmico de superação adaptativa ao stress e à adversidade, mantendo o funcionamento psicológico e físico normal, e não apenas a ausência de psicopatologia (Rutten et al., 2013). Indivíduos resilientes, por outro lado, podem experimentar perturbações transitórias no funcionamento normal (por exemplo, várias semanas de preocupação esporádica ou sono inquieto), mas geralmente exibem uma trajetória estável de funcionamento saudável ao longo do tempo, bem como a capacidade de experiências geradoras e positivas (Bonanno, 2004)

De acordo com a perspectiva individual da resiliência, Richardson et al. (1990) e Richardson (2002) desenvolveram um modelo da resiliência, que representa um meio pelo qual os indivíduos, através de disrupções planeadas ou reagindo a eventos da vida, têm a oportunidade de escolher consciente ou inconscientemente os resultados dessas disrupções. Estes autores usaram o termo “homeostase biopsicoespiritual” para descrever um momento em que alguém se adaptou física, mental e espiritualmente a um conjunto de circunstâncias, boas ou más. No entanto, quando tais adaptações, ou fatores protetores, são ineficazes, o resultado reflete-se na rutura da “homeostase biopsicoespiritual”. Contudo, a resposta a essas disrupções é um processo reintegrador, com quatro possíveis resultados: (1) reintegração resiliente, em que a adaptação à disrupção leva a um nível mais elevado de homeostase; (2) retorno à homeostase inicial; (3) recuperação com perda, estabelecendo um menor nível de homeostase; 4) um estado disfuncional no qual estratégias desadaptativas (i.e., comportamentos autodestrutivos) são usadas para lidar com os elementos stressores. Este modelo, também aludiu, que os elementos stressores internos e externos estão sempre presentes e a capacidade de lidar com esses eventos é influenciada por adaptações bem-sucedidas e mal-sucedidas a perturbações anteriores. Por fim, este modelo destacou que a

reintegração resiliente está associada a um processo que resulta em crescimento, conhecimento, auto-compreensão e aumento da força das qualidades resilientes.

No caso particular das famílias de acolhimento, e apesar dos inúmeros fatores de stress a que os elementos da família estão sujeitos, segundo Lietz et al. (2016) estes têm conseguido sustentar o acolhimento enquanto mantêm ou melhoram o funcionamento da sua unidade familiar. Esta capacidade de manter o funcionamento familiar saudável, apesar dos diversos desafios a que estão expostas, levou Geiger et al. (2016) a sugerir que a construção da resiliência oferece uma explicação sobre como algumas famílias são capazes de sustentar um acolhimento eficaz durante anos, apesar dos fatores de stress associados. Ainda, num estudo elaborado por Cooley et al. (2020) a resiliência por si só foi associada a menor stress parental e maior satisfação como família de acolhimento. Em simultâneo, Lietz (2006) e Walsh (2012) sustentaram que uma família que demonstra resiliência não só sobrevive ao desafio, mas através dos seus pontos fortes pode potencialmente tornar-se mais forte como resultado dos desafios. Deste modo, tal como Julien-Chinn et al. (2017) sugeriram, os modelos de resiliência familiar podem ajudar a compreender o processo utilizado pelas famílias que acolhem à medida que superam os desafios associados ao acolhimento.

Inteligência Emocional

Atualmente existem três modelos conceituais principais: a) o modelo de capacidade de Salovey e Mayer, (1989-1990); b) o modelo de capacidade de traços mistos de Goleman (1998) que vê a inteligência emocional como uma ampla gama de competências e habilidades que impulsionam o desempenho; e (c) o modelo de capacidade de traços mistos de Bar-On (2001, 2006), o qual considera que a inteligência emocional-social incorpora competências, habilidades e facilitadores emocionais e sociais, inter-relacionados que determinam a eficácia com que nos compreendemos e nos expressamos, compreendemos os outros e nos relacionamos com eles, e lidamos com as exigências diárias. No entanto, este estudo tomará como referência o modelo de capacidade de Salovey e Mayer (1989-1990).

A inteligência emocional foi conceptualizada por Salovey e Mayer (1989-1990) como sendo “a capacidade de monitorar os próprios sentimentos e emoções, os dos outros, de discriminá-los e de usar essas informações para orientar os seus pensamentos e ações” (p. 189). Subsequentemente, Mayer e Salovey (1997) expandiram a sua definição de inteligência emocional, para a capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções; a capacidade de aceder ou gerar sentimentos facilitadores do pensamento; a capacidade de compreender as emoções e o conhecimento emocional; e a capacidade de regular emoções para promover o

crescimento emocional e intelectual. Emergindo assim, o modelo de aptidão que conferiu um caráter cognitivo à inteligência emocional (Rodrigues et al., 2012). Ainda, e de acordo com o modelo de capacidade de Salovey e Mayer (1989-1990), a inteligência emocional foi conceptualizada e composta por 4 dimensões: 1) Avaliação AutoEmocional, que corresponde à avaliação e expressão das emoções do próprio; 2) Avaliação Emocional dos Outros, ou seja, avaliação e reconhecimento das emoções nos outros, que se relaciona com a capacidade das pessoas de perceberem e compreenderem as emoções dos outros; 3) Regulação das Emoções, referindo-se à capacidade das pessoas de regularem as suas emoções; 4) Uso das Emoções, que se refere à capacidade dos indivíduos de fazerem uso das suas emoções, direcionando-as para atividades construtivas e desempenho pessoal.

Uma das características dos indivíduos emocionalmente inteligentes consiste na capacidade de resolver problemas emocionais com mais facilidade em termos cognitivos do que os outros, na tendência a ser mais aberto e agradável para com os outros (Gameiro et al., 2023). Em paralelo, Wong e Law (2002) referiram no seu estudo que indivíduos que possuem elevados índices de inteligência emocional podem utilizar o mecanismo de regulação emocional de forma eficaz para criar emoções positivas, bem como, promover o crescimento emocional e intelectual. Em relação às famílias, Lekaviciene e Antiniene (2016) mencionaram que a capacidade de controlar as emoções de outras pessoas está relacionada com os bons relacionamentos vividos na família. Em paralelo, Rogowska et al. (2022) consignaram que entre os vários fatores que podem afetar o sucesso da parentalidade, a inteligência emocional e as estratégias de *coping* utilizadas para lidar com o stress podem desempenhar um papel importante, na socialização e na educação familiar, particularmente no que diz respeito às famílias de acolhimento. Ainda, no mesmo estudo, e em comparação com os pais biológicos, as famílias de acolhimento mostraram um nível significativamente mais elevado de inteligência emocional, e usaram com mais frequência estratégias de *coping* orientadas para a tarefa e com menos frequência estratégias de *coping* emocionais e evitativas. A inteligência emocional constituiu a base para métodos ativos e eficazes para lidar com o stress, corroborando o estudo de Campbell e Ntobedzi, (2007) no qual foi referido que indivíduos com níveis mais elevados de inteligência emocional, possuem uma maior capacidade para planear e decidir sobre as estratégias de *coping* por forma a reduzir os efeitos nocivos do stress. Ainda num estudo de Noorbakhsh et al. (2010) níveis de inteligência emocional mais elevada foram associados a uma resolução de problemas mais eficaz e ao uso de estratégias de *coping* mais eficientes, sendo que, esta influência se deu

através da gestão e regulação das emoções, da utilização e facilitação das emoções e da avaliação das emoções.

A American Psychological Association (2024) conceptualizou a resiliência como o processo e o resultado da adaptação bem-sucedida a experiências de vida difíceis ou desafiadoras, especialmente por meio da flexibilidade mental, emocional e comportamental e do ajustamento às exigências externas e internas. Num estudo elaborado por Kennedy et al. (2019) níveis elevados de inteligência emocional estavam associados positivamente a resultados resilientes e bem-sucedidos, enquanto níveis mais baixos de inteligência emocional estavam associados negativamente a esses resultados, concluindo-se que a inteligência emocional pode reforçar a resiliência contra os níveis mais elevados de instabilidade e stress vividos pelas crianças acolhidas. Ainda, num estudo elaborado por Di Fabio e Saklofske, (2014), os resultados mostraram o apoio da inteligência emocional na previsão de fatores psicológicos, tais como a autoavaliação, a resiliência e a satisfação com a vida.

Objetivos

Considerando que, a capacidade de gerir sentimentos e comportamentos está no cerne da saúde mental (Schofield & Beek, 2009), e que inteligência emocional cobre as diferenças individuais, das capacidades emocionais, tanto intrapessoais (e.g., gestão do stress) como interpessoais (e.g., percepção de emoções) (Noorbakhsh et al., 2010), equacionou-se, a possibilidade de existir uma ligação entre inteligência emocional e a resiliência, e consequentemente, entre estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a resiliência. Um estudo de Lazarus (1993), revelou que estratégias de *coping* estavam associadas às emoções, e num outro estudo realizado por Kennedy et al. (2019) a inteligência emocional foi associada positivamente a resultados resilientes e bem-sucedidos. Ainda, as pessoas com níveis mais elevados de inteligência emocional têm mais probabilidade de estabelecer relações sociais positivas com os outros, evitar conflitos, estar mais satisfeitas com as suas redes sociais e ter mais apoio das mesmas (Gameiro et al., 2023). Assim sendo, e de acordo Campbell e Ntobedzi, (2007) a inteligência emocional constitui a base para métodos ativos e eficazes para lidar com o stress, pelo que, os indivíduos com pontuações mais elevadas na inteligência emocional podem avaliar, gerir e regular melhor as emoções, e também têm uma maior capacidade de planear e decidir sobre os recursos de *coping* a utilizar, de modo a reduzir os efeitos do stress (pág. 39).

Assim sendo, este estudo teve como principal objetivo examinar o efeito de mediador da inteligência emocional, na relação entre as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de

acolhimento e a resiliência. Tendo em consideração, a abordagem da inteligência emocional baseada no modelo de capacidade de Salovey e Mayer (1989-1990), o modelo de Resposta de Ajustamento e Adaptação Familiar - *FAAR Model* (Patterson, 1988), e a perspectiva individual da resiliência de Richardson et al. (1990).

Questão de Partida

Tendo em consideração a revisão de literatura apresentada neste estudo, emergiu a seguinte questão de partida: “De que forma é que Inteligência Emocional contribui para a formação de resiliência em Famílias de Acolhimento, e na relação entre as estratégias de *coping* e a resiliência?”

Questões da Investigação

Possivelmente, por se tratar de um tema, ainda, pouco estudado, não foi possível encontrar pistas de resposta na literatura consultada. Pelo que, em vez de se formular hipóteses, se optou por colocar as seguintes questões de investigação:

Q1 – Qual a força e a natureza da associação entre estratégias de *Coping* e as dimensões da Inteligência Emocional?

Q2 – Qual a força e a natureza da associação entre a Resiliência e as dimensões da Inteligência Emocional?

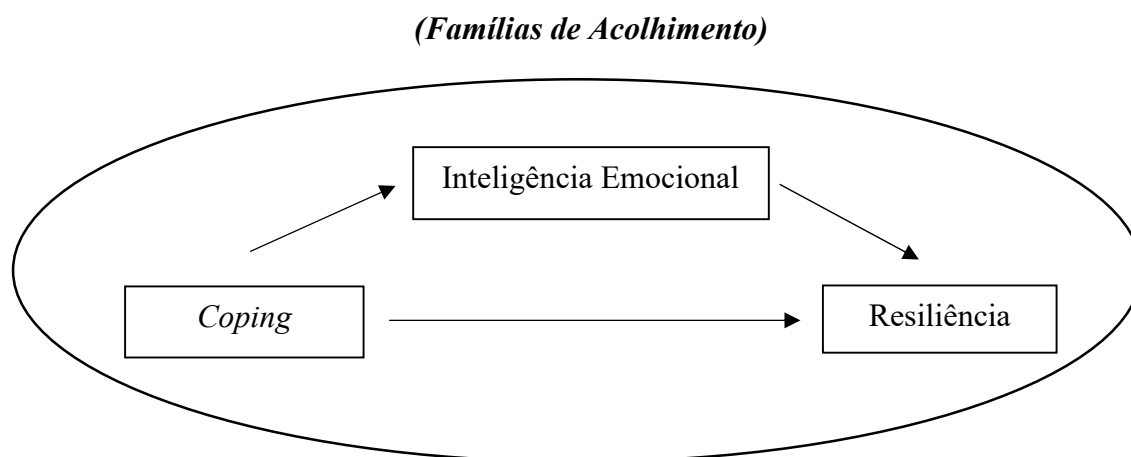
Q3 – Qual a força e a natureza da associação entre a Inteligência Emocional e os fatores do *Coping* e da Resiliência?

Modelo da Investigação

Este estudo teve como principal objetivo, aferir e compreender o possível efeito mediador da variável Inteligência Emocional na relação entre as estratégias de *Coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a resiliência. Para tal, procedeu-se à conceção do seguinte modelo:

Figura 1

Modelo de investigação. Mediação da Inteligência Emocional na relação entre as estratégias de *Coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a Resiliência.



Método

Na realização do presente estudo empírico, aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, optou-se pela aplicação duma metodologia quantitativa.

Procedimento

Neste estudo, foi utilizado o método de conveniência, na recolha de amostras. Assim sendo, estamos perante uma amostra não probabilística. Relativamente, à seleção dos participantes, o critério era ser o responsável da Família de Acolhimento. No que diz respeito à forma de disseminar o questionário, optou-se pelo envio de um email, dirigido às diversas instituições sediadas em toda a área geográfica de Portugal, solicitando a divulgação do estudo junto das famílias de acolhimento. Apesar destas instituições serem as responsáveis pela seleção, certificação e acompanhamento das famílias de acolhimento, nem todas responderam ao email, pelo que, não foi possível aferir com exatidão, as que, efetivamente, assentiram partilhar o questionário. Relativamente, à recolha de dados, esta ocorreu no período compreendido entre fevereiro e abril de 2024, tratando-se por tanto de um estudo transversal.

O email enviado continha uma breve explicação do propósito do estudo, mencionado, também que apenas o responsável da família de acolhimento certificada poderia responder ao questionário. Mais, no corpo do email encontrava-se um link que redirecionava os participantes para um questionário desenvolvido na plataforma Qualtrics.

O preenchimento do questionário Qualtrics, tinha uma duração estimada de 30 minutos, e iniciava com a aceitação do consentimento informado. De seguida, era solicitado ao participante que respondesse a algumas questões sociodemográficas, passando, então, para três blocos de perguntas. Sendo que, o primeiro bloco continha os itens do instrumento F-COPES - Family Crisis Oriented Personal Evaluation Scales (McCubbin, et al., 1981), traduzido e adaptado por Vaz Serra, et al., 1990), no segundo bloco os itens do instrumento *Wong and Law Emotional Intelligence Scale* (WLEIS) de Wong e Law (2002), e no terceiro bloco os itens do instrumento Connor-Davidson *Resilience Scale* (CD-RISC) (Connor & Davison, 2003), na versão portuguesa traduzida e adaptada por Faria-Anjos e Ribeiro (2008).

Participantes

No presente estudo participaram um total de 55 indivíduos, de nacionalidade portuguesa, e responsáveis pela família de acolhimento. No entanto, apenas 31 dos respondentes ($N=31$) completaram o questionário até ao fim, pelo que apenas esses puderam ser considerados como válidos no tratamento da amostra. Contudo, e apesar do número de participantes ser, aparentemente, limitado ao nível de tratamento estatístico, se tivermos em consideração o relatório CASA de 2022 do Instituto da Segurança Social, I.P. (2023), temos, a 1 de novembro de 2022, 168 famílias de acolhimento em Portugal. Não esquecendo que a recolha de dados do presente estudo, foi efetuada entre fevereiro e abril de 2024, tendo em consideração os dados disponíveis pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (2023), podemos inferir que o presente estudo obteve cerca 18% de participantes em relação à população total de famílias de acolhimento. Assim sendo, podemos inferir que temos uma amostra representativa da população em estudo.

Dentro da amostra recolhida, 77.4% ($n=24$) dos indivíduos identificaram-se como sendo do sexo feminino e 22.6% ($n=7$) do sexo masculino. As idades dos participantes foram agrupadas em intervalos, sendo que, o intervalo com maior percentagem correspondia à faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade com 54.8% ($n=17$) de inquiridos, seguida pela faixa etária dos 34 aos 44 anos de idade com 29% ($n=9$), a dos 55 aos 64 anos de idade com 9.7% ($n=3$), por fim, a faixa etária com menos indivíduos foi a dos 25 aos 34 anos de idade com 6.5% ($n=2$). Relativamente ao estado civil, um dos participantes optou por não responder, pelo que amostra válida, neste caso particular, passou a ser de $n=30$ indivíduos. Sendo que destes, 60% ($n=18$) dos eram casados, seguindo-se a união de facto com 20% ($n=6$) de indivíduos, 10% ($n=3$) eram solteiros, 6.7% ($n=2$) casados e 3.3% ($n=1$) viúvo(a). Por fim, a maioria dos

participantes 67.7% ($n=21$) era detentora de um curso superior, 25.8% ($n=8$) dos indivíduos tinha concluído o ensino secundário, e 6,5% ($n=2$) tinha apenas o 3º ciclo.

Instrumento

Coping Familiar

Este estudo, optou por utilizar o instrumento de avaliação *Family Crisis Oriented Personal Evaluation Scales* (F-COPES) (McCubbin, et al., 1981), traduzido e adaptado para Portugal por Vaz Serra, et al., (1990), para avaliar o *Coping* Familiar. Este instrumento, por sua vez, divide as estratégias de *coping* familiar em 2 níveis de interação: 1) internas, ou seja, do sistema individual para o familiar, e que se referem à maneira como a família lida internamente com os problemas e as dificuldades entre membros da famílias; e 2) externas, que se referem às interações do sistema familiar para o social, e que refletem as estratégias que a família usa externamente, para lidar com problemas e as exigências que emergem fora dos seus limites, mas que afetam a unidade familiar e a dos seus membros. Por conseguinte, McCubbin, et al. (1981) organizaram a escala em 5 fatores: 1) Aquisição de Apoio Social (AS) (itens: 1, 2, 5, 8, 10, 16, 20, 25, 29), que avalia a capacidade da família para procurar apoio de parentes, vizinhos, amigos e família alargada (e.g. “Compartilhamos as nossas dificuldades com os familiares”); 2) Reenquadramento (RE) (itens: 3, 7, 11, 13, 15, 19, 22, 24), que mede a capacidade da família para redefinir os acontecimentos indutores de stress, de modo a torna-los controláveis (e.g. “Sabemos que temos capacidade para resolver os problemas mais importantes”); 3) Procura de Apoio Espiritual (AE) (itens: 14, 23, 27, 30), que se refere à capacidade da família em adquirir apoio espiritual (e.g. “Temos fé em Deus”); 4) Mobilização da Família para Obter e Aceitar Ajuda (MF) (itens: 4, 6, 9, 21) que se foca na aptidão da família para encontrar e aceitar ajuda ao nível da comunidade, ou seja, aquisição de apoio formal (e.g. “Procuramos auxílio de instituições criadas para ajudar famílias numa situação como a nossa”); e 5) Aceitação Passiva (AP) (itens: 12, 17, 26, 28) que se refere à capacidade da família para aceitar medidas problemáticas, minimizando a reatividade (e.g. “Vemos televisão”). Mais, as estratégias de *coping* internas incluem os fatores: Reenquadramento e a Aceitação Passiva e que as estratégias de *coping* externas incluem os fatores: Aquisição de Apoio Social, Procura de Apoio Espiritual e a Mobilização da Família para Obter e Aceitar Ajuda.

A F-COPES é uma medida de autorrelato, sendo que, escala original continha 30 itens, tendo sido retirado o item 18 devido ao baixo valor fatorial. No entanto, para este estudo foram também retirados o item 9, 26 e 28. Este instrumento de avaliação contempla,

uma escala de resposta do tipo *Likert*, com 5 pontos. Sendo que, 1 corresponde a “Discordo muito”, 2 a “Discordo moderadamente”, 3 a “Não concordo nem discordo”, 4 a “Concordo moderadamente” e 5 a “Concordo Muito”. Relativamente às pontuações, as mais altas representam níveis mais elevados, exceto nos itens 12, 17, 26, 28, pelo que, estes devem ser invertidos. Relativamente à consistência interna do instrumento F-COPES, McCubbin et al., (1981) referiram um *alfa de Cronbach* de .86 para a escala total, e para as subescalas as seguintes pontuações: .83, Aquisição de Apoio Social; .82, Reenquadramento; .80, Procura de Apoio Espiritual; .71, Mobilização da Família para Obter e Aceitar Ajuda; e .63, Aceitação Passiva. Pese embora, o instrumento F-COPES tenha sido traduzido e adaptado por Vaz Serra, et al., (1990) não foi possível obter quaisquer dados psicométricos em nenhum dos seus estudos Vaz Serra et al. (1990, 1992). No presente estudo, a escala F-COPES obteve um bom nível de consistência interna, apresentando um *alfa de Cronbach* de .828 para a escala total. Demonstrando ser um instrumento adequado a utilizar nesta investigação. No entanto, relativamente aos valores de consistência interna das subescalas, obtiveram-se os seguintes valores: AS $\alpha=0,769$; RE $\alpha=.776$; AE $\alpha=.86$; MF $\alpha=.523$; e AP $\alpha=.63$. Pelo que, se optou por retirar os fatores MF e AP da análise de dados, por apresentarem níveis baixos de consistência interna, enquanto os restantes AS, RE e AE, foram mantidos por apresentarem bons níveis de consistência interna.

Resiliência

De modo a avaliar a resiliência, o presente estudo, utilizou a Connor-Davidson *Resilience Scale* (CD-RISC) (Connor & Davison, 2003), na versão portuguesa traduzida e adaptada por Faria-Anjos e Ribeiro (2008). O CD-RISC é um questionário que visa avaliar a capacidade do indivíduo em lidar com o stress e a adversidade (Connor & Davidson, 2003). A escala CD-RISC (Connor & Davison, 2003) na sua versão original reuniu 5 fatores: 1) Competência pessoal, padrões elevados e tenacidade; 2) Confiança nos seus instintos, tolerância ao afeto negativo e efeito reforçador do stress; 3) Aceitação positiva da mudança e segurança nas relações; 4) Controlo; 5) Influências espirituais. No entanto, na versão portuguesa Faria-Anjos e Ribeiro (2010), adotada neste estudo, análise fatorial revelou apenas 4 fatores: 1) Competência pessoal, padrões elevados e tenacidade (CP) (itens: 1, 10, 11, 12, 17, 22, 23, 24 e 25) que avalia o poder de foco num objetivo perante situações de adversidade (e.g. “Eu orgulho-me dos sucessos que alcanço”); 2) Confiança nos seus instintos, tolerância ao afeto negativo e ao efeito reforçador do stress (CI) (itens: 4, 7, 8, 14, 15, 16, 18, 19 e 20) que avalia a capacidade em manter a calma e rápido na tomada de

decisões, perante situações indutoras de stress (eg. “Ter de lidar com o stress torne-me mais forte”); 3) Aceitação positiva da mudança e segurança nas relações (AP) (itens: 2, 5, 6 e 13) que avalia a capacidade de adaptabilidade (e.g. “Eu tento ver as coisas com humor quando me deparo com problemas”); e 4) Influências Espirituais (IE) (itens: 3, 9, 21) que avalia a fé em Deus e/ou no destino (e.g. “Eu acredito fortemente que a vida tem sentido”). Sendo que, o fator (Controlo) da versão original foi integrado no fator 1 (Competência pessoal padrões elevados e tenacidade) (Faria-Anjos & Ribeiro, 2010). A CD-RISC é uma medida de autorrelato, composta por 25 itens, com uma escala de resposta do tipo *Likert* com 5 pontos, em que 0 corresponde a “não verdadeira”, 1 a “raramente verdadeira”, 2 a “às vezes verdadeira”, 3 a “geralmente verdadeira” e 4 a “quase sempre verdadeira”, sendo que os valores mais elevados refletem uma maior resiliência (Connor & Davidson, 2003). Relativamente à consistência interna do instrumento CD-RISC, Connor e Davison (2003) mencionaram no seu estudo um *alfa de Cronbach* de .89 para a escala total. Já, na versão portuguesa (Faria-Anjos & Ribeiro, 2008) foi mencionado um *alfa de Cronbach* de .88 para a escala total e para as subescalas os seguintes valores: CP $\alpha=.84$; CI $\alpha=.80$; AP $\alpha=.70$; e AE $\alpha=.70$. No presente estudo, a escala CD-RISC, também, apresentou um bom nível de consistência interna com um $\alpha=.802$, demonstrando ser um instrumento adequado a utilizar nesta investigação. No entanto, relativamente aos valores de consistência interna das subescalas, obtiveram-se os seguintes valores: CP $\alpha=.763$; CI $\alpha=.723$; AP $\alpha=.622$; e AE $\alpha=.707$. pelo que foi retirado o fator AP por apresentar níveis baixos de consistência interna, enquanto os restantes (CP, CI e IE) foram mantidos para análise de resultados, por apresentarem bons níveis de consistência interna.

Inteligência Emocional

Para avaliar a inteligência emocional optou-se por utilizar a *Wong and Law Emotional Intelligence Scale* (WLEIS) de Wong e Law (2002), traduzido e adaptado para Portugal por Carvalho et al. (2016). Relativamente ao construto, Inteligência Emocional, Mayer e Salovey, (1997) conceptualizam-no como, a capacidade de perceber, compreender, gerir e usar emoções para facilitar o pensamento. Consequentemente, é uma medida baseada na capacidade. A (WLEIS) foi subdividida por Wong e Law (2002), em 4 subescalas, que sequentemente, avaliam as quatro dimensões da inteligência emocional (Salovey e Mayer (1989-1990), nomeadamente: Avaliação AutoEmocional (AAE), composta pelos itens 1, 2, 3 e 4 (e.g. Compreendo as minhas emoções); Avaliação Emocional dos Outros (AEO), composta pelos itens 5, 6, 7 e 8 (e.g. Compreendo as emoções dos que me rodeiam); Uso das

Emoções (UE), , composta pelos itens 9, 10, 11 e 12 (e.g. Sou uma pessoa auto-motivada); Regulação das Emoções (RE) e composta pelos itens 13, 14, 15 e 16 (e.g. Tenho um bom controle das minhas emoções). A WLEIS é uma medida de autorrelato, composta por 16 itens, com uma escala de resposta do tipo *Likert* com 7 pontos, em que 1 corresponde a “Discordo totalmente”, 2 a “Discordo”, 3 a “Discordo moderadamente”, 4 a “Não concordo nem discordo”, 5 a “Concordo moderadamente”, 6 a “concordo” e 7 a “Concordo totalmente”, sendo que, valores maiores refletem níveis mais elevados. Relativamente à consistência interna do instrumento (WLEIS) de Wong e Law (2002), mencionaram no seu estudo um *alfa de Cronbach* de .80 para a escala total, e para os quatro fatores este variou entre .83 e .9. Consequentemente, na versão portuguesa (Carvalho et al. (2016) as subescalas obtiveram os seguintes *alfas de Cronbach*: AAE $\alpha=.83$; AEO $\alpha=.82$; UE $\alpha=.89$; e RE $\alpha=.85$. No presente estudo, a escala WLEIS, apresentou um bom nível de consistência interna com um $\alpha=.896$ para a escala total. Relativamente aos valores de consistência interna das quatro dimensões que compõem a inteligência emocional, também se obtiveram níveis bons, apresentando cada uma os seguintes valores: AAE $\alpha=.844$; AEO $\alpha=.867$; UE $\alpha=.776$; e RE $\alpha=.833$, demonstrando, assim, ser um instrumento adequado a utilizar nesta investigação.

Procedimento da Análise de Dados

Para a análise dos dados recolhidos foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Sciences* (IBM SPSS Statistics) versão 29.0. No cálculo dos *alfas de Cronbach* referentes às escalas anteriormente mencionadas, assim como, na caracterização da amostra, foi usado as *Descriptive Statistics Frequencies*. Recorreu-se, ainda, à análise *Bivariate Correlations*, para calcular os coeficientes de correlação de *Pearson* (r). Estudando, assim, a associação entre as estratégias de *coping*, a resiliência e a inteligência emocional, ou seja, analisar a força e o sentido da relação entre as 3 variáveis e os respetivos fatores. Por fim, para estudar o papel mediador da inteligência emocional na relação entre as estratégias de *coping* e a resiliência, usadas pelas famílias de acolhimento, foi aplicada a macro PROCESS do SPSS, modelo 4. Ainda, todas as análises foram realizadas recorrendo a intervalos de confiança a 95%.

Resultados

Este capítulo tem como intuito apresentar os resultados obtidos no presente estudo. Primeiramente, serão apresentados os resultados obtidos nas correlações de *Pearson*, sendo que, de acordo Cohen, (1992) valores de *Pearson* (r) inferiores a .30 correspondem a correlações fracas, entre .30 e .50 correspondem a correlações moderadas, e superiores .50

correspondem a correlações fortes. Por fim serão apresentados os valores resultantes do modelo de mediação, proposto para estudo, e que tem como intuito aferir o papel mediador da Inteligência Emocional na relação entre as Estratégias de *Coping* usadas pelas famílias de Acolhimento, e a Resiliência.

Qual a Força e a Natureza da Associação entre Estratégias de *Coping* e as Dimensões da Inteligência Emocional (Q1)?

Relativamente à primeira questão deste estudo (Tabela 1), verificaram-se associações estatisticamente significativas, positivas e moderadas entre as estratégias de *Coping*, e a Avaliação Emocional dos Outros (AEO), o Uso das Emoções (UE), e a Regulação das Emoções (RE). Desta forma, as famílias com níveis mais elevados de *Coping*, ou seja, que utilizam estratégias mais adaptativas para fazer face aos eventos stressores a que estão sujeitas, apresentaram, níveis mais elevados de avaliação emocional dos outros, de uso das emoções, e de regulação das emoções. Contudo, a avaliação autoemocional (AAE), estatisticamente, não se mostrou significativamente associada ao *Coping* ($r=.179$, $N=31$; $p=.334$).

Tabela 1 - Correlações entre o COPING e as dimensões da Inteligência Emocional (IE)

		IE-AAE	IE-AEO	IE-UE	IE-RE
<i>COPING</i>	Correlação de Pearson (r)	0,179	,398*	,390*	,428*
	Sig.	0,334	0,026	0,030	0,016
	N	31	31	31	31

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Qual a Força e a Natureza da Associação entre a Resiliência e as Dimensões da Inteligência Emocional (Q2)?

Em relação à segunda questão colocada neste estudo (Tabela 2), verificaram-se associações estatisticamente significativas e positivas, entre a resiliência e todas as dimensões da Inteligência Emocional. Assim sendo, a Avaliação AutoEmocional (AAE), a Avaliação Emocional dos Outros (AEO) e o Uso das Emoções (UE) apresentam uma correlação moderada, positiva. Enquanto, a Regulação das Emoções (RE) apresentou uma correlação forte, positiva ($r=.723$, $N=31$; $p<.0001$). Desta forma, os participantes que apresentaram elevados níveis de resiliência, apresentaram, também, elevados níveis de avaliação autoemocional, de avaliação emocional dos outros, de uso das emoções, e com particular incidência, nos elevados níveis de regulação das emoções.

Tabela 2 - Correlações entre a Resiliência (RES) e as dimensões da Inteligência Emocional (IE)

		IE-AAE	IE-AEO	IE-UE	IE-RE
RES	Correlação de Pearson (r)	,393*	,436*	,490**	,723**
	Sig. (2 extremidades)	0,029	0,014	0,005	0,000
	N	31	31	31	31

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Qual a Força e a Natureza da Associação entre a Inteligência Emocional e os Fatores Coping e da Resiliência (Q3)?

Relativamente à terceira questão levantada neste estudo (Tabela 3), verificaram-se associações estatisticamente significativas, positivas e moderadas, entre a inteligência emocional e dois dos fatores do *Coping*, i.e., o Reenquadramento (*Coping-RE*) e o Apoio Espiritual (*Coping-AE*). No entanto, o fator aquisição de Apoio Social (*Coping-AS*) não se mostrou significativamente associado ($r=.138$, $N=31$; $p=.273$) à inteligência emocional. Em relação à associação entre a inteligência emocional e os fatores da resiliência, os resultados apresentaram associações estatisticamente significativas e positivas, em todos os fatores da resistência, pese embora, o fator Influências Espirituais (Res-IE) tenha sido o único a apresentar uma associação forte, enquanto os restantes apresentaram associações moderadas.

Assim sendo, indivíduos que apresentaram elevados níveis de inteligência emocional, apresentaram, também, ao nível das estratégias de *coping*, valores elevados no fator reenquadramento, ou seja, na capacidade da família para redefinir os acontecimentos indutores de stress, de modo a torná-los controláveis. Ainda, indivíduos que apresentaram elevados níveis de inteligência emocional, apresentaram, também, elevados níveis no fator de apoio espiritual, o qual se refere à capacidade da família em adquirir apoio espiritual. Por fim, indivíduos que apresentaram elevados níveis de inteligência emocional, apresentaram, também, ao nível da resiliência, valores elevados de competências pessoais, padrões elevados e tenacidade, bem como, de confiança nos seus instintos, tolerância ao afeto negativo e ao efeito reforçador do stress, e no nível de influências espirituais, que avalia a fé em Deus e/ou no destino.

Tabela 3 - Correlações entre a Inteligência Emocional (IE) e os fatores do COPING e da Resiliência (RES)

	COPING- AS	COPING- RE	COPING- AE	RES- CP	RES- CI	RES- IE
IE Correlação de Pearson (r)	0,273	,483**	,404*	,357*	,414*	,519**
Sig. (2 extremidades)	0,138	0,006	0,024	0,048	0,020	0,003
N	31	31	31	31	31	31

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Modelo da Investigação

Na análise de resultados do modelo em estudo, verificou-se existir um efeito total da variável *Coping* na variável Resiliência ($b=.34$, 95% CI [.07, .61], $t=2.61$, $p=.0143$), ou seja, uma relação significativa e positiva entre o *Coping* e a Resiliência. Tal significa que as estratégias de *Coping* adotadas pelas famílias de acolhimento tiveram impacto na resiliência, antes da variável Inteligência Emocional ser controlada, sendo que, a variável *Coping* explicou ($R^2=.1898$) 18,89% da Resiliência. Verificou-se, também, a existência dum efeito significativo e positivo entre a variável estratégias de *Coping* e a variável Inteligência Emocional ($b=.64$, 95% CI [.17, 1.1], $t=2.81$, $p=.089$), sendo que, a variável *Coping* explicou ($R^2=.2136$) 21,36% da Inteligência Emocional. Relativamente à relação entre a variável Inteligência Emocional e a Resiliência, esta também se mostrou estatisticamente significativa e positiva ($b=.34$, 95% CI [.016, .52], $t=3.88$, $p=.0006$), sendo que, a variável Inteligência Emocional explicou ($R^2=.4732$) 47,32% da Resiliência.

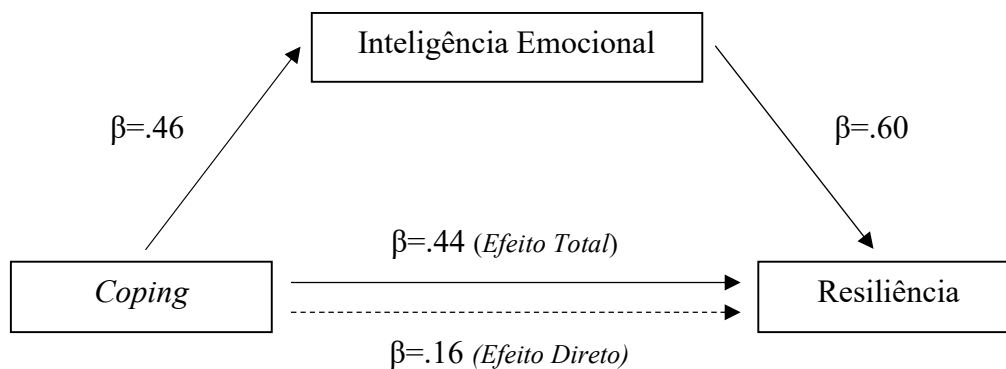
De seguida, e depois de controlar o efeito total, pelo efeito indireto, temos o chamado efeito direto. Por outras palavras, é o impacto do *Coping* na Resiliência, após controlarmos a variável Inteligência Emocional. Assim sendo, neste estudo o efeito direto do modelo, ou seja, o impacto das estratégias de *Coping* na Resiliência, quando a variável Inteligência Emocional foi controlada, deixou de ter um efeito estatisticamente significativo ($b=.12$, 95% CI [-.12, .37], $t=1.02$, $p=.315$). Tal significa que o modelo em estudo, resultou numa mediação completa, ou seja, que quando controlamos a variável Inteligência Emocional a relação entre as estratégias de *Coping* e a Resiliência, deixou de ser significativa.

Este estudo teve como principal intuito, compreender e aferir, de que modo a Inteligência Emocional mediava a relação entre as estratégias de *Coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a Resiliência. Assim sendo, foi possível concluir que o efeito de mediação, ou seja, o efeito indireto, foi estatisticamente significativo, $b=.2164$ (95% BCa

CI=.0313, .4651). Ainda, conforme demonstrado na Figura 2, a variável Inteligência Emocional mediou aproximadamente 63.71% da relação entre as estratégias de *Coping* e a Resiliência, em famílias de acolhimento.

Figura 2

Modelo de Mediação da Inteligência Emocional na relação entre as estratégias de *Coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a Resiliência.



Nota: O intervalo de confiança *Bias-Corrected and Accelerated* (BCa) foi estimado do *Bootstrapping* (5.000, re-amostagens)

Discussão

Sabendo que a família desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma criança, e da importância do respeito pela diferença, a família deve ser respeitada, protegida e promovida como fundamento da sociedade (Ribeiro, 2006). Assim sendo, e de uma forma inédita, o presente estudo teve como principal objetivo compreender o papel mediador da inteligência emocional na relação entre as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a resiliência. Em simultâneo, pretendeu compreender o tipo de associação existente entre as diversas dimensões da inteligência emocional e os fatores do *coping* e da resiliência.

Primeiramente, e de acordo com os resultados obtido, este estudo confirmou existir, uma relação entre as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento e resiliência. Esta relação é consistente com o modelo de resiliência desenvolvido Richardson et al. (1990) e Richardson (2002), o qual refere que a resiliência é influenciada por adaptações bem-sucedidas e mal-sucedidas a perturbações anteriores. Sabendo que, o *coping*, segundo o modelo FAAR (Patterson, 1988, 2002) se refere aos processos ativos em que as famílias se envolvem para equilibrar exigências familiares, com as capacidades familiares, à medida que

interagem com os significados familiares até chegar a um nível ajuste familiar ou adaptação. Por outras palavras, os esforços desenvolvidos pelas famílias de acolhimento, para fazerem face aos eventos stressores, podem resultar numa adaptação da família, ou numa inadaptação, e por sua vez, a capacidade resiliente destas famílias, é influenciada por essas adaptações bem ou malsucedidas. Resultando assim, numa associação positiva entre estes dois constructos.

Relativamente, ao efeito mediador da inteligência emocional na relação entre as estratégias de *coping* e a resiliência, verificou-se, neste estudo, existir uma mediação completa. Tal significa que, após controlarmos a variável Inteligência Emocional, deixa de haver uma relação entre as estratégias de *Coping* e a Resiliência, havendo, assim, motivos para acreditar que a inteligência emocional pode ser o mecanismo subjacente desta relação. Este resultado pode ser explicado pela própria definição de inteligência emocional, ou seja, pela capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções; pela capacidade de aceder ou gerar sentimentos facilitadores do pensamento; pela capacidade de compreender as emoções e o conhecimento emocional; e a capacidade de regular emoções para promover o crescimento emocional e intelectual (Mayer e Salovey, 1997). Portanto, estas capacidades podem facilitar na avaliação e regulação de sentimentos e emoções negativas, tais como: sentimentos de frustração, desilusão, tristeza, etc., despoletados por eventos causadores de stress a que estas famílias estão sujeitas. Sendo que, Wong e Law (2002) referiram no seu estudo que indivíduos que possuem elevados índices de inteligência emocional podem utilizar esse mecanismo de regulação emocional de forma eficaz para criar emoções positivas, bem como, promover o crescimento emocional e intelectual. Num estudo elaborado por Campbell e Ntobedzi, (2007) foi referido que indivíduos com níveis mais elevados de inteligência emocional, possuem uma maior capacidade para planear e decidir sobre as estratégias de *coping* por forma a reduzir os efeitos nocivos do stress. Resultando, assim, numa adaptação positiva a eventos indutores de stress, potenciando a formação de níveis elevados de resiliência. Num estudo realizado por Di Fabio e Saklofske, (2014) a inteligência emocional foi associada a uma variedade de fatores psicológicos, tais como resiliência. Num outro estudo, elaborado Kennedy et al. (2019) níveis elevados de inteligência emocional estiveram associados positivamente a resultados resilientes.

Relativamente à natureza e força da associação entre estratégias de *Coping* e as dimensões da Inteligência Emocional, este estudo revelou que as famílias de acolhimento com níveis mais elevados de *Coping* , ou seja, que utilizam estratégias mais adaptativas para fazer face aos elementos stressores a que estão sujeitas, apresentaram, também, níveis mais elevados de avaliação emocional dos outros, de uso das emoções, e de regulação das

emoções. Contudo, relativamente à dimensão da inteligência emocional, avaliação auto-emocional, esta não se mostrou associada às estratégias de *coping*. Supõe-se que este resultado poderá estar relacionado com o facto de o estilo de *coping* mais utilizado pelas famílias de acolhimento ser orientado para a tarefa (Skrallan et al., 2015), para o qual não se perspetiva a necessidade de autoavaliação emocional. Num outro estudo, elaborado por Noorbakhsh, et al. (2010) os resultados revelaram que a inteligência emocional estava positivamente associada aos estilos de *coping* focado no problema. Ainda, as famílias de acolhimento demonstraram níveis significativamente mais elevados de inteligência, tendo usado com mais frequência estilos de enfrentamento orientados para a tarefa (Rogowska et al., 2022)

Em relação à natureza e força da associação entre a Resiliência e as dimensões da Inteligência Emocional, os participantes que apresentaram elevados níveis de resiliência, apresentaram, também, elevados níveis de avaliação autoemocional, de avaliação emocional dos outros, de uso das emoções, e de regulação das emoções. Salientando que, houve uma associação forte entre a resiliência e a regulação das emoções. Deste modo, para as famílias de acolhimento que participaram no nosso estudo, a regulação das emoções constituiu-se como um fator importante, e intimamente relacionado com a resiliência. Salientamos, assim, a importância da capacidade de regular das emoções, tanto para as estratégias de *coping*, como para a resiliência. Tendo em consideração, que a regulação emocional é necessária para ajudar as famílias de acolhimento a gerir a complexidade prática e emocional associada ao acolhimento (Geiger et al., 2016). Teoricamente, Campbell e Ntobedzi, 2007 referem que a inteligência emocional pode apoiar na seleção de estratégias eficazes para lidar com o stress, permitindo uma avaliação, gestão e regulação mais adequada das emoções. Sendo que, Davies et al. (1998) defendem que a capacidade de regulação as emoções, possibilita o controlo emocional equilibrado entre as emoções negativas e positivas. Ainda, Goleman, (2010) refere que a regulação das emoções se constitui na capacidade de lidar com as emoções de modo adequado, nomeadamente, a capacidade de afastar sentimentos negativos como a ansiedade, a tristeza, e/ou a irritabilidade.

No que diz respeito, à natureza e força da associação entre a Inteligência Emocional e os fatores do *Coping*, este estudo indicou, que o apoio social não se encontra associado à Inteligência Emocional. Pese embora, na literatura consultada este resultado não seja corroborado, ou seja, num estudo elaborado por Di Fabio (2015) foi identificada, uma associação entre inteligência emocional e o apoio social. Esta discrepância nos resultados, pode dever-se ao facto destas famílias, se sentirem desvalorizadas ou incompreendidas (Lietz,

et al., 2016), e, portanto, terem mais dificuldade em identificar nesta estratégia de coping funções adaptativas. No entanto, e relativamente a todos os outros fatores, quer do *Coping*, quer da Resiliência, revelaram-se associados à Inteligência Emocional. Assim sendo, indivíduos que apresentaram elevados níveis de inteligência emocional, apresentaram, também, ao nível das estratégias de *coping*, valores elevados no fator reenquadramento, ou seja, na capacidade da família para redefinir os acontecimentos indutores de stress, de modo a torná-los controláveis; e elevados níveis no fator de apoio espiritual, o qual se refere à capacidade da família em adquirir apoio espiritual. Ainda, indivíduos que apresentaram elevados níveis de inteligência emocional, apresentaram, também, ao nível da resiliência, valores elevados de competências pessoais, padrões elevados e tenacidade; assim como, na confiança nos seus instintos, na tolerância ao afeto negativo e ao stress; e ao nível das influências espirituais, que avalia a fé em Deus e/ou no destino. Destacamos, ainda, uma associação forte entre as influências espirituais e a inteligência emocional. Sendo que, esta associação poderá estar relacionada com o facto de a inteligência emocional incorporar a capacidade de ter empatia e esperança (Goleman, 1995). Acresce que no estudo elaborado por Stewart et al. (2019) é referido, que aqueles que obtiveram maiores índices na dimensão perspectiva espiritual, também obtiveram elevados níveis na medida de empatia, tendo havido, portanto, uma correlação significativa e positiva. Ainda, Geiger et al. (2016) realçam o papel da empatia, apoiando na resposta e na mentalização afetiva, na consciência do eu e do outro, na tomada de perspectiva e na regulação emocional, nas famílias de acolhimento.

Limitações e Estudos Futuros

O presente estudo, embora tenha procurado assegurar a qualidade nas suas análises, não é isento de limitações, as quais convém ter em consideração, por forma, a serem reconhecidas e melhoradas em investigações futuras. Por este motivo, os resultados devem ser interpretados com a justa ponderação e precaução. Salienta-se, então, como uma das principais limitações deste estudo o reduzido número da amostra, o qual, poderá ter tido impacto no tratamento estatístico. Sendo que, uma amostra maior poderia proporcionar uma melhor compreensão e uma análise mais rigorosa dos processos em estudo, através do uso de modelos estatisticamente mais elaborados e complexos, aumentando significativamente a generalização dos resultados. Assim sendo, os resultados poderão ter sido enviesados, i.e., pode ter havido aumento do nível de predição do modelo face às variáveis em estudo. Assim, como perspectiva e proposta de futuro, seria pertinente explorar de modo mais detalhado e rigoroso as relações entre as variáveis, usando uma amostra de maior dimensão. De facto, o

reduzido número da amostra inviabilizou a análise dos dados estatísticos de forma esmiuçada, principalmente, na relação das variáveis sócio-demográficas, com a resiliência e a inteligência emocional. Pelo que, neste estudo, as variáveis sociodemográficas não foram consideradas na análise de dados, o que terá limitado interpretação dos resultados. No entanto, sugere-se que em estudos futuros se inclua e controle as variáveis sociodemográficas (e.g. sexo, idade, o número de anos como família de acolhimento, o grau académico e o estado civil). Paralelamente, constatou-se que o número de participantes neste estudo era maioritariamente constituído por mulheres, o que limita a generalização dos resultados a ambos os sexos. Ainda, devido ao número reduzido de participantes não foi possível, fazer uma análise que incluísse as diferentes tipologias familiares, resultantes das transformações sociais das últimas décadas nem diferenciar pelo ciclo vital da família.

Relativamente à recolha da amostra, como referido anteriormente, foi usado um método de seleção de conveniência, podendo trazer implicações na representatividade, e consequentemente limitar a generalização dos resultados.

Devido à escassez de estudos realizados com famílias portuguesas, este estudo ficou limitado a uma revisão de literatura maioritariamente baseada em estudos internacionais. Pese embora, este estudo tenha tido como intuito estudar famílias de acolhimento portuguesas, e como tal à luz da legislação portuguesa.

Relativamente aos instrumentos utilizados neste estudo, e apesar dos resultados psicométricos terem sido bons, deve ser tida em consideração a possibilidade de ter ocorrido o efeito de desejabilidade social. Em simultâneo, e porque estamos perante medidas de autorrelato, os participantes podem ter respondido de forma aleatória e ao acaso, reduzindo a validade dos resultados. Ainda em relação ao questionário, constatou-se que muitos dos participantes não concluíram as respostas até ao final, o que limitou número respondentes válidos. Assim sendo, outra das limitações deste estudo, foi o facto do questionário se ter revelado demasiado extenso, levando a que os participantes não investissem no seu preenchimento. Torna-se, também, importante salientar, o facto de o questionário permitir ser preenchido em diferentes dias, e consequentemente, em diferentes estados emocionais, o que poderá ter implicado alterações nos padrões de respostas.

A presente investigação enquadra-se num estudo do tipo transversal, ou seja, o estudo reporta os resultados recolhidos num único momento do tempo. No entanto, para haver uma análise rigorosa, que permitisse inferências sobre relações de causalidade, ou seja, a direção das relações estabelecidas entre a diferentes variáveis, era importante a realização de um estudo longitudinal. Deve, portanto, ser tido em consideração, que os resultados deste estudo

apenas indicam a natureza positiva ou negativa dessas relações. Em simultâneo, um estudo longitudinal poderia contribuir para uma compreensão pormenorizada e detalhada sobre estas variáveis em estudo, assim como, explorar novas variáveis, complementando com novas hipóteses. Sugere-se, assim, que em estudos futuros se avalie de que forma a inteligência emocional pode interferir nas estratégias de *coping* usadas por estas famílias de acolhimento, assim como na resiliência. Apostando, ainda, na elaboração de modelos mais complexos, que contemplem o uso de outras variáveis mediadoras, e.g., rituais familiares, o bem-estar subjetivo, níveis de stress, etc., que podem, por conseguinte, influenciar e complementar o modelo deste estudo. Considera-se, ainda, premente investir em estudos que identifiquem os recursos destas famílias, incluindo uma análise às diferenças individuais (e.g. traços de personalidade) e fatores sociais. Ainda, e atendendo aos resultados obtidos, nomeadamente, no que diz respeito à ligação entre a Inteligência emocional e a espiritualidade, presente tanto no *Coping*, como na Resiliência, sugerimos, que em futuros estudos se aprofunde a base desta relação.

Sugere-se, ainda, que em estudos futuros, se considere o uso de metodologias qualitativas como complementares (e.g. entrevista ou observação), auxiliando na identificação de novas variáveis, que possam influenciar a resiliência. Não esquecendo nunca, que cada família é única, e que possui características singulares. Pelo que, todas as famílias possuem formas diferentes de reagir perante adversidade. Propõem-se, ainda, que em investigações futuras, se façam comparações com famílias da população geral. Possibilitando, desta forma, a identificação e caracterização de diferenças, caso as haja, entre famílias da população geral e as famílias de acolhimento.

Na investigação com famílias, uma das preocupações prende-se com a necessidade de analisar a família como uma unidade. Desta forma, trona-se importante referir que neste estudo foi apenas considerada a perceção de um dos elementos da família, neste caso, a do indivíduo responsável pelo acolhimento. Pese embora, e parafraseando Aritóteles “O todo não é a soma das partes”, e, portanto, de acordo com a teoria da Gestalt, um individuo posiciona as suas perceções como um todo e não apenas como a soma das partes.

Contributos Teóricos e Implicações Práticas

Apesar de terem sido identificadas, algumas, limitações neste estudo, julgamos ter contribuído para aprofundar o conhecimento da ciência, nomeadamente, na relação entre a Inteligência Emocional, o *Coping* e a Resiliência. Em simultâneo, este estudo, corrobora a importância do uso de estratégias de *coping* adaptativas na formação da resiliência. Assim

sendo, as famílias de acolhimento expressaram desafios associados ao seu papel, mas também descreveram a capacidade de superar esses desafios através do processo de resiliência (Julien-Chinn & Piel, 2018). Sendo que, compreender os fatores que amortecem os efeitos negativos do risco, nas famílias, continua a ser uma parte essencial da prática clínica familiar (Lietz, 2013).

Este estudo foca-se essencialmente na capacitação das famílias de acolhimento, e no seu papel enquanto resposta ao sistema de proteção de crianças e jovens. Como tal, propõe-se uma reflexão sobre a importância da “educação” para a resiliência, e em simultâneo, sobre o papel mediador da Inteligência Emocional entre as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento e a resiliência. Contribuído, assim, com especial ênfase, para ampliar o conhecimento científico relativamente à aplicabilidade da Inteligência Emocional no domínio da investigação. Sugere-se que o desenvolvimento da Inteligência Emocional nestas famílias, pode ser uma estratégia válida para a construção da resiliência. Assim sendo, e tendo em consideração que a Inteligência Emocional é tida como uma capacidade que pode ser trabalhada e adquirida, através de treino específico com potencial de prevenção (Di Fabio & Kenny, 2011). Considera-se relevante incluir esta temática nas formações e sessões de acompanhamento com estas famílias. Corroborando, com Goleman (1995), o qual refere que a inteligência emocional é uma habilidade que pode ser aprendida. Ainda, uma investigação com jovens adultos na Bélgica demonstrou que a inteligência emocional pode ser aumentada com formação (Nelis et al., 2009).

Em paralelo, sugere-se que a resiliência pode ser fomentada através da identificação de lacunas ao nível das estratégias de *coping* utilizadas pelas famílias de acolhimento, e consequente, diminuição do stress. Sabendo que podem surgir sensações de perda e dificuldades durante as transições, o que requer apoio emocional dentro da unidade familiar e de sistemas de apoio externos (Piel et al, 2016). Considera-se, portanto, que os resultados deste estudo podem ser aplicados no *empowerment*, na qualificação e formação das famílias de acolhimento, e consequente, na promoção de forças e competências familiares. Sabendo que, a formação deve promover o crescimento contínuo e o desenvolvimento de capacidades, reforçando os pontos fortes das famílias de acolhimento (Julien-Chinn et al., 2017). Ainda, que a formação centrada no reforço da inteligência emocional e na forma de lidar com o stress deve ser considerada como um meio eficaz de melhorar a competência dos pais (Rogowska et al., 2022). Em simultâneo, devemos ter presente, que uma prática baseada nos pontos fortes, atenta o desenvolvimento de intervenções que ajudam as famílias de acolhimento a desenvolver ações empáticas, trabalhando para melhorar a autoconsciência, a

tomada de perspectiva e a regulação emocional (Lietz, 2011). Ainda, que a empatia surgiu num estudo realizado Geiger et al. (2016), como alicerce essencial no processo de resiliência. Podemos, então, inferir que, a aplicabilidade de um programa centrado na melhoria da regulação e gestão emocional, e nas competências específicas da inteligência emocional (e.g., empatia, gestão do stress e expressão emocional) (Rogowska et al., 2022), pode ser tido uma das contribuições de este estudo. Em paralelo, este tipo de programas formativos e de suporte às famílias de acolhimento, podem estender a sua beneficência às crianças acolhidas. Assim sendo, segundo Julien-Chinn et al. (2017) famílias de acolhimento que demonstram resiliência estão a mostrar às crianças sob os seus cuidados como melhorar os seus pontos fortes e a procurar apoio e recursos quando necessário. Considerando que, as famílias possuem um papel crucial para a transmissão inter-geracional da resiliência (Masten & Monn, 2015). Ainda, segundo Redding e Britner (2000) as famílias de acolhimento servem como modelos e deverão incorporar as características que queremos que as crianças desenvolvam. Num outro estudo, sobre o papel da inteligência emocional no comportamento parental, foi referido que os pais com um maior nível de inteligência emocional, eram capazes de garantir um ambiente familiar emocionalmente positivo, o que por sua vez tem impacto no desenvolvimento de inteligência emocional de crianças e adolescentes (Dabke, 2014). Mais, segundo (Salovey, et al., 2008) os pais que são sensíveis às necessidades emocionais dos seus filhos normalmente criam filhos emocionalmente inteligentes.

Uma outra implicação prática deste estudo, prende-se com a seleção, avaliação e creditação das famílias de acolhimento, ou seja, apoiando na identificação de potenciais perfis com baixos índices de stress, e altos níveis de resiliência e inteligência emocional. Considerando, ainda, que no acolhimento, que cada transição envolve novos de fatores de stress, que por sua vez exigem um novo processo de adaptação. Uma a avaliação, centrada na resiliência, poderá, também, ajudar a prevenir ruturas no acolhimento e consequentemente efeitos nefastos nas crianças ou jovens acolhidos. Sendo que, a cessação do acolhimento e a consequente gestão da perda é uma das maiores preocupações que envolve o acolhimento familiar (Delgado, 2020). Deste modo, ferramentas de avaliação que revelam os pontos fortes da família podem ser consideradas no processo de certificação, de família de acolhimento (Julien-Chinn et al., 2017). Ainda, e de acordo com Van Holen, et al. (2019) considerar as características individuais, os recursos pessoais e sociais, podem ser relevantes para os processos de recrutamento e seleção, de famílias acolhimento. Assim sendo, a utilização de um modelo baseado na resiliência, no apoio das famílias que acolhem permite que os

profissionais avaliem, intervenham e forneçam um apoio adequado para os que cuidam de crianças vulneráveis (Julien-Chinn et al., 2017).

Conclusão

Esta investigação, posiciona a sua visão central no direito da criança à família. Enquadrando-se, portanto, na mudança de paradigma que emergiu nas últimas décadas em Portugal, ou seja, o repensar das políticas que visam o desenvolvimento do acolhimento familiar, reduzindo progressivamente a institucionalização de crianças e jovens. Contudo, e apesar da sua relevância, é um tema, ainda, pouco desenvolvido na literatura científica portuguesa. Considera-se, pois, necessário apostar numa divulgação da medida, e numa cuidadosa e especializada preparação de novas famílias de acolhimento, mais habilitadas e mais cientes do seu papel (Delgado et al., 2014).

Assim sendo, este estudo através de uma lente positiva e inovadora, sugere uma visão alternativa, ao salientar a importância de serviços centralizados na família e baseados na positividade. Considerando, assim, que a introdução de um quadro de resiliência familiar nas famílias de acolhimento, é consistente com uma prática centrada na família, uma vez que se foca na identificação e no aproveitamento dos pontos fortes da família, e nos processos de *coping* e adaptação (Julien-Chinn et al., 2017). O foco baseado nas forças e, em particular, na resiliência familiar deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam às famílias lidar eficientemente com situações de stress permanente e sair fortalecidas das mesmas (Walsh, 1996). Tendo em consideração, que estas famílias, muitas vezes, acolhem no seu seio, crianças com comportamentos desafiantes, tendo de recorrer a recursos, tanto internos como externos, para os ajudar a construir e manter uma relação duradoura (Preston et al., 2012). Portanto, acolher é ter de lidar com comportamentos problemáticos, com perturbações emocionais, com dificuldades de integração em casa, na comunidade, na escola, e com aprendizagens provavelmente mais lentas e difíceis (Delgado & Marí, 2019). O principal desafio para a família acolhimento é, portanto, manter os seus limites e integridade como unidade familiar, enquanto aceita dentro dos seus limites, a criança acolhida (Twigg & Swan, 2007).

Considera-se, ainda, que na ciência da resiliência individual e familiar são descritos vários caminhos que refletem a influência de muitas interações e variações entre indivíduos e famílias, e que não existe um caminho único para a resiliência, mas sim que existem vários caminhos (Masten & Monn, 2015). Ainda assim, este estudo teve como intuito aferir a importância e o papel da inteligência emocional neste processo. Tendo em consideração, que

indivíduos emocionalmente inteligentes levam em consideração e maximizam a sobrevivência e o bem-estar intra-individual e inter-individual a longo prazo (Peña-Sarrionandia, et al., 2015). Mais, ainda, que a inteligência emocional é composta por habilidades, que levam o indivíduo a ser capaz de motivar-se e persistir diante de frustrações, de controlar os impulsos e atrasar a gratificação, de regular o humor e evitar que a angústia inunde a capacidade de pensar, e de ter empatia e esperança (Goleman, 1995).

Assim sendo, neste estudo verificou-se existir uma relação entre a inteligência emocional, as estratégias de *coping* usadas pelas famílias de acolhimento, e a resiliência, bem como, uma mediação na relação entre as estratégias de *coping* e a resiliência. Deste modo, considera-se ter havido um contributo para a investigação científica e para a prática nesta área, no que diz respeito à formação e seleção destas famílias. Considerando, que a inteligência emocional é uma capacidade que pode ser adquirida, e consequentemente treinada/ensinada, através de formação. Mais, que os indivíduos emocionalmente inteligentes são aqueles que analisam cuidadosamente o contexto antes de decidir, se e como devem regular a sua emoção, embora o façam de forma flexível, deixando espaço para as emoções emergirem (Peña-Sarrionandia, et al., 2015).

Por fim, e independentemente do modelo familiar são as pessoas que acolhem que configuram, mesmo que provisoriamente, a imagem e o conteúdo que a família em si deve conter como espaço de afeto, de segurança e de abrigo, que se resume a um direito essencial: o direito a viver em família (Delgado, 2010).

Referências

- American Psychological Association. (2024). Resilience. <https://www.apa.org/topics/resilience>
- Barlóg, M. & Stradomska, M. (2017). Self-esteem and emotional intelligence as individual predictors of readiness to create a foster family, an adoptive family and attitudes towards social assistance. *Fides et Ratio*, 29, 276-288.
<http://www.stowarzyszeniefidesetratio.pl/Presentations0/2017-22Barlog.pdf>
- Bar-On, R. (2001). Emotional intelligence and self-actualization. In J. Ciarrochi, J. P. Forgas, & J. D. Mayer (Eds.), *Emotional intelligence in everyday life: A scientific inquiry* (pp. 82–97). Psychology Press.
- Bar-On, R. (2006). The Bar-On model of emotional-social intelligence (ESI). *Psicothema*, 18(Suppl), 13–25. https://www.researchgate.net/publication/6509274_The_Bar-On_Model_of_Emotional-Social_Intelligence
- Bertão, A., Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. (2015). O contacto no acolhimento familiar de crianças e jovens. Uma avaliação atual. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6 (1), 193-209. <http://hdl.handle.net/10400.24/540>
- Bonanno G. A. (2004). Loss, trauma, and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events?. *The American psychologist*, 59(1), 20–28. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.59.1.20>
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. Tavistock
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. *Psychological review*, 101(4), 568–586.
<https://doi.org/10.1037/0033-295x.101.4.568>
- Campbell, A. & Ntobedzi, A. (2007). Emotional Intelligence, Coping and Psychological Distress: A Partial Least Squares Approach to Developing a Predictive Model. *Electronic Journal of Applied Psychology* 3(1), 39-54. <https://DOI:10.7790/ejap.v3i2.91>
- Campbell-Sills, L., & Stein, M. B. (2007). Psychometric analysis and refinement of the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC): Validation of a 10-item measure of resilience. *Journal of Traumatic Stress*, 20(6), 1019–1028. <https://doi.org/10.1002/jts.20271>
- Carvalho J. M., Delgado P., Correia F. y Alves S. (2021). Perspectivas de vida de niños y jóvenes in acogida familiar y residencial. *Sociedad e Infancias*, 5(Especial), 133-144.
<https://doi.org/10.5209/soci.67985>
- Carvalho, V. S., Guerrero, E., Chambel, M. J., González-Rico, P. (2016). Psychometric properties of WLEIS as a measure of emotional intelligence in the Portuguese and

- Spanish medical students. *Evaluation and Program Planning*, 58, 152-159.
<https://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2016.06.006>
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155-159.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.155>
- Comité português para a UNICEF, (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>
- Connor, K. M., & Davidson, J. R.T. (2003). Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety*, 18(2), 76–82. <https://doi.org/10.1002/da.10113>
- Cooley, M. E., Farineau, H. M., & Mullis, A. K. (2015). Child behaviors as a moderator: Examining the relationship between foster parent supports, satisfaction, and intent to continue fostering. *Child abuse & neglect*, 45, 46–56.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.05.007>
- Cooley, M. E., Womack, B., Rush, J. & Slinskey, K. (2020). Adverse childhood experiences among foster parents: Prevalence and association with resilience, coping, satisfaction as a foster parent, and intent to continue fostering. *Children and Youth Services Review*, 109. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2019.104679>
- Dabke D. (2014). Role of Parental Emotional Intelligence and Perceived Parental Leadership Behaviour on Satisfaction with Parent. *Journal of Indian Association for Child and Adolescent Mental Health*, 10(1), 9-30. doi:[10.1177/0973134220140102](https://doi.org/10.1177/0973134220140102)
- Decreto-Lei nº 288/79 do Ministério dos Assuntos Sociais (1979). Diário da República: I Série, nº 186/1979. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/288-1979-377750>
- Decreto-Lei nº190/92 do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1992). Diário da República: I Série A, nº 203/1992. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/190/1992/09/03/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei nº11/2008 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2008). Diário da República: I Série, nº 12/2008. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/11/2008/01/17/p/dre/pt/html>
- Decreto-Lei nº139/2019 do Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República: I Série, nº 177/2019. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2019/09/16/p/dre/pt/html>
- Delgado, P. (2010). A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico. *Análise Social*, 45(196), 555-580.
<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2010196.07>

- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>
- Delgado, P. (2020). O acolhimento familiar de crianças em Portugal – evidências e desafios. *Polêm!ca*, 20 (1), 023-042. <https://DOI: 10.12957/polemica.2020.55975>
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., Correia, F. (2019). Living in foster care or residential care: The subjective well-being of adolescents in Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2). <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue1-fulltext-1605>
- Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. (2014). Crescer em família: a permanência no acolhimento familiar. *Pedagogia Social*, 23, 123-15. https://DOI: 10.7179/PSRI_2014.23.06
- Delgado, P. & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas? *Análise Social*, 226, 112–134. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018226.05>
- Delgado, P. & Marí, R. (2019). Care in children's literature: stories of violence with a happy ending. *Sensos-E*, 6(2), 95-108. <https://DOI 10.34630/sensos-e.v6i2.3485>
- Di Fabio, A. (2015). Beyond fluid intelligence and personality traits in social support: the role of ability based emotional intelligence. *Frontiers in Psychology*, 6(395), <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00395>
- Di Fabio, A., & Kenny, M. E. (2011). Promoting Emotional Intelligence and Career Decision Making Among Italian High School Students. *Journal of Career Assessment*, 19(1), 21-34. <https://doi.org/10.1177/1069072710382530>
- Di Fabio, A., & Saklofske, D. H. (2014). Promoting individual resources: The challenge of trait emotional intelligence. *Personality and Individual Differences*, 65, 19–23. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.01.026>
- Faria, J., & Ribeiro, M. T. (2008). Tradução e adaptação da CD-RISC à população portuguesa. Faculdade de Psicologia de Lisboa (não publicado).
- Faria, J., Ribeiro, M. T., & Ribeiro, M. (2010). Factor analysis and psychometric evaluation of the Connor–Davidson Resilience Scale (CD-RISC) in a Portuguese population. Faculdade de Psicologia de Lisboa (não publicado).
- Fernandez, I. T., Schwartz, J. P., Chun, H., & Dickson, G. (2013). Family resilience and parenting. In D. S. Becvar (Ed.), *Handbook of family resilience* (pp. 119–136). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3917-2_8

- Gameiro, F., Ribeiro, C., Bento, B., Coutinho, C., Pereira, M., Silva, M., Santana, T., Varela, C. & Raio, A. (2023). Inteligência emocional, Resiliência e Stress nos/as Interventores/as Sociais. *Revista Temas Sociais* 5(5), 28-45.
https://DOI:10.53809/TS_ISS_2023_n.5_28-45
- Geiger, J.M., Piel, M.H., Lietz, C.A. & Julien-Chinn, F. J. (2016). Empathy as an essential foundation to successful foster parenting. *Journal of Child Family Studies*, 25, 3771–3779. <https://doi.org/10.1007/s10826-016-0529-z>
- Goleman, D., (1995). Emotional intelligence. Bantam Books,
 Goleman, D. (2010). Emotional intelligence (14nd ed). Temas e Debates.
- Hendrix, Sarah K.; Ford, Janet (2003). Hardiness of Foster Families and the Intent to Continue to Foster. *Journal of Family Social Work*, 7(2), 25–34. https://doi.org/10.1300/J039v07n02_03doi:10.1300/j039v07n02_03
- Hill, R. (1949). *Families under stress: adjustment to the crises of war separation and return*. Harper. <https://archive.org/details/dli.ernet.18276/page/2/mode/2up>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2023). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Casapia. <https://casapia.pt/casa-2022-relatorio-de-caracterizacao-anual-da-situacao-de-acolhimento-das-criancas-e-jovens/>
- Julien-Chinn, F. J., Cotter, K. L., Piel, M. H., Geiger, J. M. & Lietz, C. A. (2017). Examining risk, strengths, and functioning of foster families: Implications for strengths-based practice. *Journal of Family Social Work*, 20(4), 306-321.
<https://doi:10.1080/10522158.2017.1348111>
- Julien-Chinn, F. J., & Piel, M. H. (2018). Understanding how foster families use humor within the resiliency process. *Journal of Public Child Welfare*, 13(1), 1-17, <https://DOI:10.1080/15548732.2018.1457587>
- Kennedy, T.D., Flach, Y., Detullio, D., Millen, D. H., Englebert, N. & Edmonds, W.A. (2019). Exploring Emotional Intelligence and IQ as Predictors of Success of Foster Care Alumni. *Journal of Child Family Studies*, 28, 3286–3295. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01503-8>
- Lazarus, R. S. (1993). Coping theory and research: past, present, and future. *Psychosomatic Medicine*, 55(3), 234–247. doi:10.1097/00006842-199305000-00002
- Lazarus, R., & Folkman, S. (1984) *Stress, appraisal and coping*. Springer Publishing.
- Lei nº147/99 da Assembleia da República (1999). Diário da República: I Série A, n.º 204/1999. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/147-1999-581619>

- Lei nº142/2015 da Assembleia da República (2015). Diário da República: I Série, nº 175/2015.
<https://data.dre.pt/eli/lei/142/2015/09/08/p/dre/pt/html>
- Lekaviciene, R. & Antiniene, D. (2016). High Emotional Intelligence: Family Psychosocial Factors. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 217, 609-617.
<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.02.066>
- Lietz, C. A. (2006). Uncovering stories of family resilience: A mixed methods study of resilient families, part 1. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 87(4), 575–582. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3573>
- Lietz, C. A. (2011). Empathic Action and Family Resilience: A Narrative Examination of the Benefits of Helping Others. *Journal of Social Service Research*, 37(3), 254–265.
<https://doi.org/10.1080/01488376.2011.564035>
- Lietz, C. A. (2013). Family resilience in the context of high-risk situations. In D. S. Becvar (Ed.), *Handbook of family resilience* (pp. 153–172). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3917-2_10
- Lietz, C. A., Julien-Chinn, F. J., Geiger, J. M., & Hayes Piel, M. (2016). Cultivating resilience in families who foster: Understanding how families cope and adapt over time. *Family process*, 55(4), 660–672. <https://doi.org/10.1111/famp.12239>
- Mallette, J. K., Almond, L., & Leonard, H. (2020). Fostering healthy families: An exploration of the informal and formal support needs of foster caregivers. *Children and Youth Services Review*, 110. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104760>
- Martins, T., Pinto, V., Carvalho, J. M. S., & Delgado, P. (2015). Decisão de retirada, acolhimento e reunificação: A perspetiva dos estudantes portugueses das ciências sociais e humanas. *Sensos*, 5 (1), 89-105. <http://hdl.handle.net/10400.24/541>
- Masten, A. S. (2018). Resilience theory and research on children and families: Past, present, and promise. *Journal of Family Theory & Review*, 10(1), 12-31.
<https://doi.org/10.1111/jftr.12255>
- Masten, A. S., & Monn, A. R. (2015). Child and family resilience: A call for integrated science, practice, and professional training. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 64(1), 5–21. <https://doi.org/10.1111/fare.12103>
- Mayer, J. D., & Salovey, P. (1997). What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. J. Sluyter (Eds.), *Emotional development and emotional intelligence: Educational implications* (pp. 3–34). Basic Books.

- Mayer, J. D., Salovey, P., & Caruso, D. R. (2004). Emotional intelligence: Theory, findings, and implications. *Psychological Inquiry*, 15(3), 197-215.
https://doi.org/10.1207/s15327965pli1503_02
- McCubbin, H. I., Joy, C. B., Cauble, A. E., Comeau, J. K., Patterson, J. M., & Needle, R. H. (1980). Family Stress and *Coping*: A Decade Review. *Journal of Marriage and Family*, 42(4), 855–871. <https://doi.org/10.2307/351829>
- McCubbin, H.I., Larsen, A., & Olson, D. (1981). Family crisis oriented personal scales (FCOPES). In H.I. McCubbin, A.I., Thompson, & M.A. McCubbin, H.A. (Eds.), *Family assessment: Resiliency, coping & adaptation: Inventories for research and practice* (pp. 455-507). University of Wisconsin System.
- McCubbin, H. & Patterson, J. (1983). The Family Stress Process. The Double ABCX Model of Adjustment and Adaptation. In H. I. McCubbin, M. B. Sussman & J. M. Patterson. *Social Stress and the Family. Advances and Developments in Family Stress Theory and Research* (pp. 7-38). Haworth Press. http://dx.doi.org/10.1300/J002v06n01_02
- Mitchell, M. B. (2016). The family dance: Ambiguous loss, meaning making, and the psychological family in foster care. *Journal of Family Theory & Review*, 8(3), 360-372. <https://doi.org/10.1111/jftr.12151>
- Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L. & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 1, 81-92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>
- Nelis, D., Quoidbach, J., Mikolajczak, M., & Hansenne, M. (2009). Increasing emotional intelligence: (How) is it possible?. *Personality and Individual Differences*, 47(1), 36–41. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.01.046>
- Noorbakhsh, S. N., Besharat, M. A. & Zarei, J. (2010). Emotional intelligence and *coping* styles with stress. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 5, 818-822.
[https://DOI:10.1016/j.sbspro.2010.07.191](https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.07.191)
- Olson, D. H., McCubbin, H.I., Barnes, H.L., Larsen, A. S., Muxen, M.J., & Wilson, M.A. (1983). *Families: What makes them work?*. Sage Publications.
- Orme, John G.; Cherry, Donna J.; and Brown, Jason D. (2017). Against All Odds: Vital Few Foster Families. *Children and Youth Services Review*, 79, 584-593. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.07.019>
- Patterson, J. M. (1988). Families experiencing stress: I. The Family Adjustment and Adaptation Response Model: II. Applying the FAAR Model to health-related issues for intervention

- and research. *Family Systems Medicine*, 6(2), 202–237. <https://doi.org/10.1037/h0089739>
- Patterson, J. (2002). Integrating family resilience and family stress theory. *Journal of Marriage and Family*, 64(2), 349–360. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00349.x>
- Peña-Sarrionandia, A., Mikolajczak, M., & Gross, J. J. (2015). Integrating emotion regulation and emotional intelligence traditions: a meta-analysis. *Frontiers in psychology*, 6, 160. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00160>
- Piel, M.H., Geiger, J.M., Julien-Chinn, F.J., & Lietz, C.A. (2017). An ecological systems approach to understanding social support in foster family resilience. *Child & Family Social Work*, 22, 1034–1043. <https://doi.org/10.1111/cfs.12323>
- Portaria nº278-A/2020 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2020). Diário da República: I Série, n.º 236/2020. <https://data.dre.pt/eli/port/278-a/2020/12/04/p/dre/pt/html>
- Preston, S., Yates, K. & Moss, M. (2012). Does emotional resilience enhance foster placement stability? A qualitative investigation. *International Journal of Psychological Studies*, 4(3). <http://dx.doi.org/10.5539/ijps.v4n3p153>
- Redding, R.E., Fried, C. & Britner, P.A. (2000). Predictors of Placement Outcomes in Treatment Foster Care: Implications for Foster Parent Selection and Service Delivery. *Journal of Child and Family Studies*, 9, 425–447. <https://doi.org/10.1023/A:1009418809133>
- Relvas, A., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Quarteto
- Reiss, D., & Oliveri, M. E. (1980). Family Paradigm and Family Coping: A Proposal for Linking the Family's Intrinsic Adaptive Capacities to Its Responses to Stress. *Family Relations*, 29(4), 431–444. <https://doi.org/10.2307/584456>
- Ribeiro, M. T. (2006). Perspetivas do desenvolvimento da família. *Atas do Colóquio "População, Desenvolvimento e Valorização de Recursos"*, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, 89-103.
- Richardson, G. E. (2002). The metatheory of resilience and resiliency. *Journal of Clinical Psychology*, 58(3), 307–321. <https://doi.org/10.1002/jclp.10020>
- Richardson, G. E., Neiger, B. L., Jensen, S., & Kumpfer, K. L. (1990). The Resiliency Model. *Health Education*, 21(6), 33–39. <https://doi.org/10.1080/00970050.1990.10614589>
- Rodrigues, N., Rebelo, T., & Coelho, J. V. (2011). Adaptação da escala de inteligência emocional de Wong e Law (WLEIS) e análise da sua estrutura fatorial e fiabilidade

- numa amostra portuguesa. *Psychologica*, 55, 189-207. https://doi.org/10.14195/1647-8606_55_10
- Rogowska, A., Zmaczynska-witek, B., Latka, I. & Kardasz, Z. (2022). Emotional intelligence and coping with stress in foster parents. *Family Forum*, 11, 165-190.
<https://DOI:10.25167/FF/4504>
- Rutten, B. P. F., Hammels, C., Geschwind, N., Menne-Lothmann, C., Pishva, E., Schruers, K., van den Hove, D., Kenis, G., van Os, J., & Wichers, M. (2013). Resilience in mental health: Linking psychological and neurobiological perspectives. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 128(1), 3–20. <https://doi.org/10.1111/acps.12095>
- Rutter, M. (2013). Annual research review: Resilience—Clinical implications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(4), 474–487. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02615.x>
- Salovey, P., & Mayer, J. D. (1989-1990). Emotional intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9(3), 185–211. <https://doi.org/10.2190/DUGG-P24E-52WK-6CDG>
- Salovey, P., Detweiler-Bedell, B. T., Detweiler-Bedell, J. B., & Mayer, J. D. (2008). Emotional intelligence. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Eds.), *Handbook of emotions* (3rd ed., pp. 533–547). The Guilford Press.
- Schofield, G., & Beek, M. (2009). Growing up in foster care: providing a secure base through adolescence. *Child & Family Social Work*, 14(3), 255-266. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2008.00592.x>
- Skrallan, D.M., Johan, V., Marijke, R., Femke, V., & Frank, V. (2015). Foster parents' coping style and attitudes toward parenting. *Children and Youth Services Review*, 53, 70-76. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.03.023>
- Stewart, C., Lawrence, S., & Burg, M. A. (2019). Exploring the relationship of personality characteristics and spirituality to empathy: Does spirituality add to our understanding? *Journal of Religion & Spirituality in Social Work: Social Thought*, 38(1), 3–20. <https://doi.org/10.1080/15426432.2018.1548953>
- Twigg, R., & Swan, T. (2007). Inside the Foster Family: What Research tells us about the Experience of Foster Carers' Children. *Adoption & Fostering*, 31(4), 49-61. <https://doi.org/10.1177/030857590703100407>
- Van Holen, F., Geys, L., West, D., Gypen, L., & Vanderfaellie, J. (2019). Characteristics of successful foster families according to Flemish foster care workers. *Children and Youth Services Review*, 107. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104519>

- Vaz Serra, A., Firmino, H., Ramalheira, C., & Canavarro, M.C. (1990). Relationship between Family Strengths, Individual and Family *Coping*: A study of Normal and disturbed populations. [Paper presentation]. XX Congrès Européen de Thérapie Comportamentale, Paris, France.
- Vaz Serra, A., Firmino, H., Ramalheira, A. C. & Canavarro, M. C. (1992). Relationships between family resources and individual and family *coping* strategies – differences between the general population and patients suffering from emotional disturbances. *Thérapie Comportamentale et Cognitive*, 2(2), 10-16. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>
- Walsh F. (1996). The concept of family resilience: crisis and challenge. *Family process*, 35(3), 261–281. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>
- Walsh, F. (2003). Family resilience: A framework for clinical practice. *Family Process*, 42(1), 1–18. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2003.00001.x>
- Walsh, F. (2008). Using theory to support a family resilience framework in practice. *Social Work Now*, 39, 5-14. <https://thehub.swa.govt.nz/resources/using-theory-to-support-a-family-resilience-framework-in-practice/>
- Walsh, F. (2012). *Normal Family Processes* (4th ed. pp. 399-427). Guilford Press. <https://www.researchgate.net/publication/232567591>
- Walsh F. (2016). Applying a Family Resilience Framework in Training, Practice, and Research: Mastering the Art of the Possible. *Family process*, 55(4), 616–632. <https://doi.org/10.1111/famp.12260>
- Walsh, F. (2021). Family resilience: A dynamic systemic framework. In M. Ungar (Ed.), *Multisystemic resilience: Adaptation and transformation in contexts of change* (pp. 255–270). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190095888.003.0015>
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Artmed.
- Wong, C.S. & Law, K. S. (2002). The effects of leader and follower emotional intelligence on performance and attitude: An exploratory study. *The Leadership Quarterly* 13, 243 – 274. [https://doi.org/10.1016/S1048-9843\(02\)00099-1](https://doi.org/10.1016/S1048-9843(02)00099-1)

Anexos

Consentimento informado

O presente estudo surge no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia na Crise e na Emergência, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, tendo por objetivo, estudar relação entre as características resilientes das famílias de acolhimento de nacionalidade portuguesa, as estratégias de *coping* usadas dentro da família, e aferir qual o papel da inteligência emocional nesta relação. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste na resposta a um questionário, com a duração prevista de 30 minutos, uma única vez. Os dados recolhidos e tratados, serão de uso exclusivo deste estudo, para efeitos estatísticos, sendo garantida a sua confidencialidade. Não será feito nenhum registo das pessoas que tiveram acesso ao questionário, bem como dos emails enviados. Ainda assim, todos os emails por mim enviados serão prontamente eliminados. Acrescento ainda que não será possível associar as respostas do questionário às pessoas que acederam ao link enviado no email, e dessas, as que efetivamente responderam ou não ao questionário, sendo que não será recolhido nenhum IP. A participação no estudo é estritamente voluntária. Pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. O estudo é realizado por Ana Cláudia Reis Capela, email: acapela@edu.ulisboa.pt, e orientado pela Prof^a Dr^a Maria Teresa Ribeiro. Poderá contactar caso pretenda esclarecer dúvidas, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados, ou obter informação sobre os resultados do estudo.

Aceito participar

Não aceito participar